

áreas protegidas CRÍTICAS

na amazônia legal

AUTORES

Heron Martins, Mariana Vedoveto, Elís Araújo, Paulo Barreto,
Sara Baima, Carlos Souza Jr., Adalberto Veríssimo





Copyright © 2012 by Imazon

AUTORES

Heron Martins
Mariana Vedoveto
Elis Araújo
Paulo Barreto
Sara Baima
Carlos Souza Jr.
Adalberto Veríssimo

FOTOS

Adriano Gambarini
Fernanda Preto
Paulo Barreto

DESIGN EDITORIAL E INFOGRÁFICOS

Rodrigo Fortes
(www.rodrigofortes.info)

REVISÃO EDITORIAL

Glaucia Barreto

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA
PUBLICAÇÃO (CIP) DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

Áreas protegidas críticas na Amazônia legal

Imazon

1. Geociências. 2. Ciências da terra
ISBN 978-85-86212-46-8

Autores: Heron Martins, Mariana Vedoveto, Elis Araújo, Paulo Barreto,
Sara Baima, Carlos Souza Jr., Adalberto Veríssimo

Edição: 1
Ano da edição: 2012

Os dados e opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade dos
autores e não refletem necessariamente a opinião dos financiadores deste estudo.

Rua Domingos Marreiros, 2020 • Bairro Fátima
Belém (PA), CEP 66060-160
Tel: (91) 3182-4000 • Fax: (91) 3182-4027
E-mail: imazon@imazon.org.br • Página: www.imazon.org.br

Sumário

6. INTRODUÇÃO

8. ÁREAS PROTEGIDAS CRÍTICAS

13. ÁREAS PROTEGIDAS CRÍTICAS PELO DESMATAMENTO

14. Perda absoluta de floresta original entre 2009 e 2011

15. Perda percentual de floresta original entre 2009 e 2011

16. Percentual de floresta remanescente em 2011

19. ÁREAS PROTEGIDAS CRÍTICAS SEGUNDO AS AMEAÇAS DE DESAFETAÇÃO

20. Ameaça de desafetação de Áreas Protegidas por iniciativa legal

22. Ameaça de desafetação de Áreas Protegidas para construção de UHE

25. VULNERABILIDADES SISTÊMICAS

27. RECOMENDAÇÕES

28. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

31. AGRADECIMENTOS

33. ANEXOS

35-56. Anexo 1: Áreas Protegidas do ranking de maior média de perda de floresta original entre 2009 e 2011

57-74. Anexo 2: Áreas Protegidas do ranking de maior média de perda percentual de floresta original entre 2009 e 2011

75-93. Anexo 3: Áreas Protegidas do ranking de menor percentual de floresta remanescente



VITÓRIA RÉGIA. FOTO: PAULO BARRETO

Introdução

As Áreas Protegidas (APs)⁽¹⁾ têm se mostrado eficazes contra o avanço do desmatamento na Amazônia brasileira (Arima *et al.* 2007; Soares-Filho, *et al.*, 2010). Entre 2004 e 2006, por exemplo, o desmatamento na região reduziu em 37% como consequência da criação, entre 2003 e 2006, de aproximadamente 485 mil quilômetros quadrados em Unidades de Conservação (UC) (Soares-Filho, *et al.*, 2010). Este valor representa 40% das UCs existentes na Amazônia Legal em 2010 (Imazon & ISA, 2011).

Porém, o desmatamento e a degradação florestal têm ameaçado a integridade de algumas dessas áreas. Até julho de 2011, o desmatamento em APs já correspondia a 7% do desmatamento total ocorrido na Amazônia Legal. Ademais, tem aumentado a pressão pela desconstituição, redução de área ou mudança de status de proteção de APs tanto por segmentos do agronegócio e moradores locais como pelo próprio governo. Por exemplo, Araújo e Barreto (2010) identificaram 48 APs sob ameaça de desconstituição, redução de área ou mudança de status de proteção legal. Até julho de 2010, 29 dessas áreas haviam perdido 49 mil quilômetros quadrados e outras 18 ainda estavam sob o risco de perder 86 mil quilômetros quadrados.

Além disso, em junho de 2012, o Congresso Nacional aprovou a Lei Federal nº 12.678 que, apesar de ampliar os limites do Parque Nacional (Parna) dos Campos Amazônicos, excluiu áreas do Parna e reduziu outras

sete UCs em um total de 1.644,8 quilômetros quadrados sem qualquer consulta pública e estudos de impacto socioambiental (Piovesan & Siqueira, 2012). O objetivo das alterações foi regularizar áreas ocupadas e permitir a implantação das hidrelétricas Jirau, Santo Antônio e Tabajara, em Rondônia, e o complexo hidrelétrico do Tapajós, no Pará. Iniciativas como estas abrem precedente e criam expectativa para que outras UCs possam também ser reduzidas da mesma maneira (Araújo, *et al.*, 2012). A situação pode se agravar considerando que o governo planeja investir R\$ 96 bilhões para gerar 42.000 MW de hidroeletricidade até 2020 na Amazônia, como indica o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) (MME, 2011).

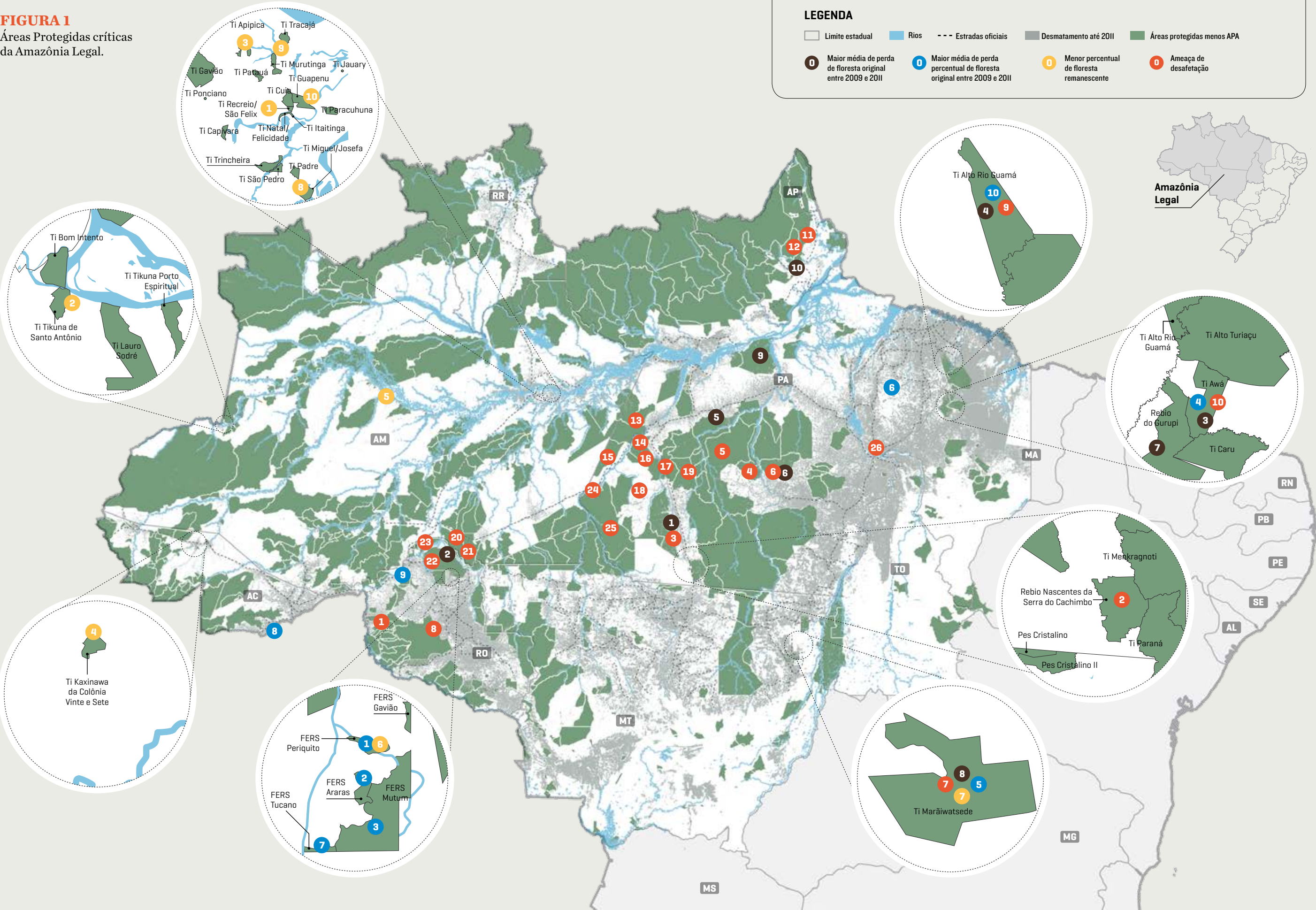
Neste relatório apresentamos as APs da Amazônia Legal com situação mais crítica no que se refere ao desmatamento e à ameaça de desafetação. Para o desmatamento analisamos: a perda absoluta de floresta original entre 2009 a 2011; a perda percentual de floresta original entre 2009 a 2011; e o percentual de floresta remanescente em 2011. Com relação à desafetação, analisamos as APs sob ameaça por projetos de lei, decreto legislativo, ações judiciais ou projetos hidrelétricos planejados. O objetivo deste relatório é revelar as áreas prioritárias para intervenções que garantam os objetivos de conservação e proteção de direitos das populações indígenas e tradicionais.

⁽¹⁾ O conceito de Áreas Protegidas inclui as Unidades de Conservação (UC) e os Territórios de Ocupação Tradicional: as Terras Indígenas (TI) e os Territórios Remanescentes de Quilombo. Esses são os dois principais grupos de APs incluídos no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Neste boletim consideramos apenas as UCs e as TIs.

Áreas Protegidas CRÍTICAS

A Figura 1 apresenta as dez APs mais críticas para cada uma das três análises de desmatamento e uma lista de todas as APs ameaçadas de desafetação por projetos de lei, decretos legislativos, ações judiciais ou projetos hidrelétricos. As APs críticas estão principalmente concentradas em três regiões: centro-oeste do Pará, sudeste do Amazonas e norte de Rondônia. Outras áreas estão distribuídas no restante dos estados da Amazônia Legal. Nas subseções a seguir apresentamos os detalhes de cada ranking.

FIGURA 1
Áreas Protegidas críticas da Amazônia Legal.



LEGENDA

Limite estadual

Rios

Estradas oficiais

Desmatamento até 2011

Áreas protegidas menos APA

0

 Maior média de perda de floresta original entre 2009 e 2011

0

 Maior média de perda percentual de floresta original entre 2009 e 2011

0

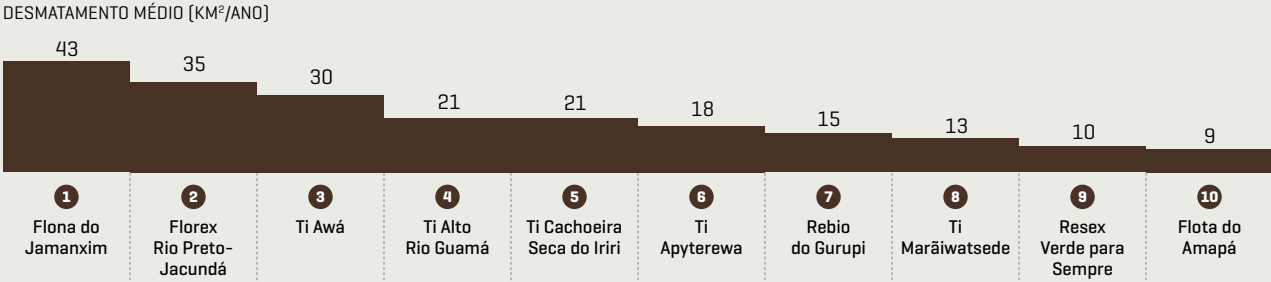
 Menor percentual de floresta remanescente

0

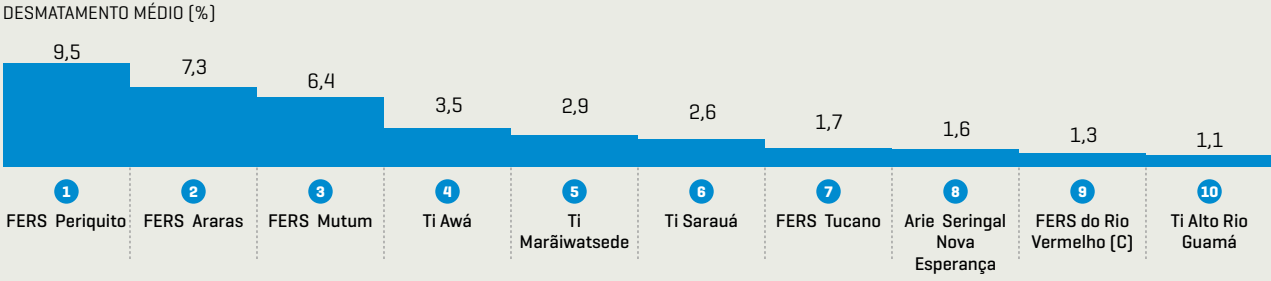
 Ameaça de desafetação

DESMATAMENTO

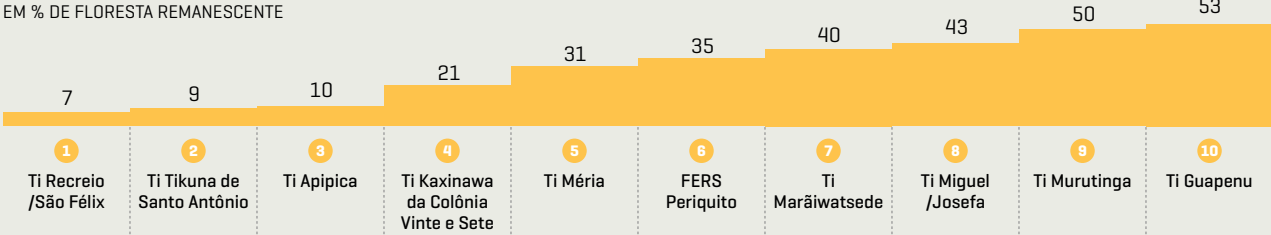
Maior média de perda de floresta original entre 2009 e 2011



Maior média de perda percentual de floresta original entre 2009 e 2011



Menor percentual de floresta remanescente em 2011



AMEAÇA DE DESAFETAÇÃO

TIPO	ÁREA PROTEGIDA	TIPO DE AMEAÇA DE DESAFETAÇÃO
1	UCF Resex Rio Ouro Preto	PLS 206/2007
2	UCF Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo	PLS 258/2009
3	UCF Flona do Jamanxim	PDC 1148/2008 e UHE Jardim do Ouro
4	UCF Parna da Serra do Pardo	PLC 6479/2006
5	UCF Esec da Terra do Meio	PLC 6479/2006
6	TI Ti Apyterewa	PDC 393/2007
7	TI Ti Marãiwatsede	PDC 510/2008 e Ação judicial nº 2007.01.00.051031-1 (TRF1)
8	TI Ti Uru-Eu-Wau-Wau	Ação judicial nº 2004.41.00.000078-9 (JF/RO)
8	TI Ti Alto Rio Guamá	Ação judicial nº 2006.39.04.003310-7 (JF/PA Castanhal)
10	TI Ti Awá	Ação judicial nº 95.00.00353-8

TIPO	ÁREA PROTEGIDA	TIPO DE AMEAÇA DE DESAFETAÇÃO
11	UCE Flota do Amapá	UHE Cachoeira Caldeirão
12	UCF Flona do Amapá	UHE Cachoeira Caldeirão
13	UCF Parna da Amazônia	UHE São Luiz do Tapajós e UHE Jatobá
14	UCF Flona de Itaituba II	UHE Cachoeira do Cai e UHE Jatobá
15	UCF Flona do Amaná	UHE Jatobá
16	UCF Flona de Itaituba I	UHE Jatobá, UHE Cachoeira do Cai e UHE Jamanxim
17	UCF Parna do Jamanxim	UHE Jamanxim, UHE Cachoeira dos Patos e UHE Jrd. do Ouro
18	UCF APA do Tapajós	UHE Jatobá e UHE Jardim do Ouro
19	UCF Flona de Altamira	UHE Jardim do Ouro

TIPO	ÁREA PROTEGIDA	TIPO DE AMEAÇA DE DESAFETAÇÃO
20	UCF Flona de Humaitá	UHE Tabajara
21	UCE FERS do Rio Machado	UHE Tabajara
22	UCE Florex Rio Preto-Jacundá	UHE Tabajara
23	UCF Esec de Cuniã	UHE Tabajara
24	TI Ti Sai Cinza	UHE Chacorão
25	TI Ti Mundurucu	UHE Chacorão
26	TI Ti Mãe Maria	UHE Marabá

Áreas Protegidas CRÍTICAS

pelo desmatamento



Perda absoluta de floresta original entre 2009 e 2011

As dez APs com maior média da perda absoluta de floresta original entre 2009 e 2011 incluem cinco UCs e cinco Terras Indígenas [TIs]. Apenas uma das UCs, a Reserva Biológica [Rebio] do Gurupi, no Estado do Maranhão, pertence à categoria de Proteção Integral. Entre os estados da Amazônia, o Pará apresenta o maior número de casos: 5 [Tabela 1].

TABELA 1
Ranking das dez APs com maior média de perda absoluta de floresta original entre 2009 e 2011.

	NOME DA AP	ESTADO	GESTÃO	ÁREA DA AP (KM²)	TAXA DE DESMATAMENTO (KM²/ANO)
1	Flona do Jamanxim	PA	Federal	13.044,8	43
2	Florex Rio Preto-Jacundá	RO	Estadual	6.830,5	35
3	TI Awá	MA	Federal	1.153,5	30
4	TI Alto Rio Guamá	PA	Federal	2.857,7	21
5	TI Cachoeira Seca do Iriri	PA	Federal	7.353,8	21
6	TI Apyterewa	PA	Federal	7.741,9	18
7	Rebio do Gurupi	MA	Federal	2.706,9	15
8	TI Marãiwatsede	MT	Federal	1.667,5	13
9	Resex Verde para Sempre	PA	Federal	12.940,9	10
10	Flota do Amapá	AP	Estadual	23.432,2	9

A Flona do Jamanxim, no sul do Pará, próxima à BR-163, lidera o ranking com perda absoluta de 43 quilômetros quadrados ao ano para o período estudado. O governo federal tem sinalizado que reduzirá esta UC para legalizar ocupações, o que incentiva mais desmatamentos. Na segunda posição está a Floresta Extrativista (Florex) Rio Preto-Jacundá, em Rondônia. A partir de 2000 o desmatamento nesta UC começou a aumentar, com destacada alta em 2004 e 2005. A Florex Rio Preto-Jacundá foi criada pelo Decreto nº 4.245/1989 com 10.550 quilômetros quadrados, mas não foi demarcada. Um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (Sedam/RO) afirma que ela já não existe e que em sua área foram criadas duas novas UCs: a Flona Jacundá, sob jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio); e a Reserva Extrativista (Resex) de mesmo nome, Rio Preto-Jacundá, gerida pela Sedam. Entretanto, não há decreto de revogação da área da Florex. Assim, descontando as sobreposições, 6.830,5 quilômetros quadrados de APs restam ignorados pela Sedam.

No caso das TIs em situação crítica, a maioria está no Estado do Pará. Entretanto, para os três últimos anos, a TI Awá, localizada no Maranhão, apresenta a maior perda absoluta de floresta. Nesta TI habitam índios isolados cuja sobrevivência está ameaçada pelo desmatamento crescente.

O caso da TI Marãiwatsede em Mato Grosso, oitava posição de perda de floresta, ilustra como a lentidão do poder público leva a perdas ambientais e de direitos dos povos indígenas e a inúmeros conflitos. Em julho de 2012, 24 anos após o Presidente da República ter confirmado o reconhecimento desta TI (Gonçalves, 1999), a justiça federal determinou a retirada da população não indígena da área (Leiva, 2012). Entretanto, até setembro de 2012, o governo federal ainda não havia providenciado a retirada dos ocupantes ilegais (Dióz, 2012).

Método
As dez APs com maior média da perda absoluta de floresta original foram definidas a partir da média da taxa absoluta de desmatamento dos anos 2009, 2010 e 2011.

Perda percentual de floresta original entre 2009 e 2011

O ranking das dez APs com maior média da perda percentual da floresta original nos últimos três anos⁽²⁾ contém seis UCs e quatro TIs [Tabela 2].

TABELA 2
Ranking das dez APs com maior média da perda percentual da floresta original entre 2009 e 2011.

	NOME DA AP	ESTADO	GESTÃO	ÁREA DA AP (KM²)	TAXA DE DESMATAMENTO (%/ANO)
1	FERS Periquito	RO	Estadual	11,5	9,5
2	FERS Araras	RO	Estadual	10,6	7,3
3	FERS Mutum	RO	Estadual	107,6	6,4
4	TI Awá	MA	Federal	1.153,5	3,5
5	TI Marãiwatsede	MT	Federal	1.667,5	2,9
6	TI Sarauá	PA	Federal	190,4	2,6
7	FERS Tucano	RO	Estadual	4,8	1,7
8	ARIE Seringal Nova Esperança	AC	Federal	25,7	1,6
9	FERS do Rio Vermelho (C)	RO	Estadual	198,7	1,3
10	TI Alto Rio Guamá	PA	Federal	2.857,7	1,1

Cinco das UCs com maior perda percentual estão em Rondônia e pertencem à categoria Floresta Estadual de Rendimento Sustentado (FERS). As FERS foram criadas na segunda metade da década de 1990, porém o governo de Rondônia não definiu claramente as diretrizes de implementação dessas áreas, inclusive as responsabilidades institucionais para sua gestão. Além disso, muitas políticas governamentais desrespeitaram a existência dessas UCs e permitiram a titulação de áreas ocupadas por posseiros e a aprovação de planos de manejo florestal para produção madeireira. Paralelamente, essas UCs ainda apresentam problemas crônicos de gestão relacionados à alocação de recursos humanos e financeiros e infraestrutura física adequada (GTA, 2008). De fato, as FERS são áreas desprovidas de um plano de

utilização, o que resulta na perda de sua função.

Entre as TIs, destacamos a Awá, Marãiwatsede e Alto Rio Guamá, porque já apareceram no ranking de maior média de perda absoluta de floresta original e também sofrem grandes perdas percentuais de sua cobertura florestal.

Método
O ranking das dez APs com maior média da perda percentual da floresta original foi definido a partir da média ponderada das proporções de desmatamento de 2009, 2010 e 2011 de cada área com relação ao seu total de floresta.

⁽²⁾ A perda percentual trata da proporção de floresta desmatada em relação à área total de floresta do ano anterior. A proporção nem sempre representa a maior área absoluta, pois depende da área total original florestada da AP. Apesar de não representar as maiores áreas absolutas, a perda percentual aponta as APs mais comprometidas em termos de área florestada desmatada anualmente.

Percentual de floresta remanescente em 2011

O ranking das dez APs com menor percentual de floresta remanescente em 2011 contém nove TIs e apenas uma UC [Tabela 3], sete das quais estão no Estado do Amazonas. A única UC, a FERS Periquito, está localizada em Rondônia.

TABELA 3
Ranking das dez APs com menor cobertura florestal remanescente em 2011.

	NOME DA AP	ESTADO	GESTÃO	ÁREA DA AP (KM²)	COBERTURA FLORESTAL REMANESCENTE (%)
1	TI Recreio/São Félix	AM	Federal	7% 2,4 km²	
2	TI Tikuna de Santo Antônio	AM	Federal	9% 10,6 km²	
3	TI Apípica	AM	Federal	10% 6,9 km²	
4	TI Kaxinawa da Colônia Vinte e Sete	AC	Federal	21% 1,1 km²	
5	TI Méria	AM	Federal	31% 5,8 km²	
6	FERS Periquito	RO	Estadual	35% 11,5 km²	
7	TI Marãiwatsede	MT	Federal	40% 1.667,5 km²	
8	TI Miguel/Josefa	AM	Federal	43% 16,7 km²	
9	TI Murutinga	AM	Federal	50% 11,5 km²	
10	TI Guapenu	AM	Federal	53% 21,8 km²	

As oito primeiras colocadas neste ranking possuem menos da metade da sua cobertura florestal original remanescente, com destaque para as TIs Recreio/São Félix e Tikuna de Santo Antônio. Estas APs estão localizadas no Estado do Amazonas e já perderam mais de 90% de sua cobertura florestal original.

As APs listadas apresentam de 85 a 100% da sua perda florestal concentrada até o ano 2000, exceto a FERS Periquito, que apresenta maiores perdas a partir de 2005. A maior parte (62%) do desmatamento na TI Marãiwatsede também ocorreu antes de 2000, porém há registros significativos de perda florestal nos últimos três anos, como apontam as primeiras análises.

Essas APs, por terem perdido grande parte de sua floresta original, já não cumprem ou cumprem com dificuldade seus objetivos de criação. No caso das TIs e UCs de uso sustentável, o desmatamento compromete o pleno usufruto dos recursos naturais pelos povos indígenas e populações tradicionais já que a perda de floresta impacta diretamente a caça, a pesca e a extração de produtos florestais necessários à sua sobrevivência e bem-estar. Nesses casos, é recomendada a restauração florestal para recompor a vegetação perdida e resgatar o objetivo de existência desses territórios.

No município de Autazes (AM) há um exemplo de restauração da cobertura florestal em TIs. As terras do povo Mura foram desmatadas e ocupadas por não ín-

dios em um processo histórico que remete ao século XVIII e que os levou à dispersão. Na segunda metade do século XX, os Mura reivindicaram suas terras e estas foram demarcadas em pequenas áreas de floresta remanescente (ISA, 2011). Contudo, as florestas das TIs sucumbiram às pressões das fazendas de gado do entorno durante o longo período de demarcação. Nesse contexto, os Mura passaram a praticar agricultura de subsistência e a criar pequenos animais. A partir de 2010, alguns produtores indígenas adotaram os Sistemas Agroflorestais (SAFs) para restaurar áreas degradadas e receberam ajuda de órgãos federais, estaduais e municipais⁽³⁾, assistência técnica da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e financiamento do Banco da Amazônia. Em 2012, a grande produção de banana despertou o interesse dos produtores indígenas por capacitações em cooperativismo e em técnicas de comercialização⁽⁴⁾. O caso das TIs de Autazes mostra como a restauração florestal por meio de SAFs é uma alternativa à reabi-

litação de áreas muito desmatadas e dos serviços ambientais necessários à reprodução sociocultural dos indígenas. Além disso, essa iniciativa está em conformidade com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI⁽⁵⁾), que tem entre seus objetivos: i) identificar as espécies nativas de importância sociocultural em TIs e priorizar seu uso em SAFs e na recuperação de paisagens em áreas degradadas; e ii) promover a recuperação e conservação da agrobiodiversidade e dos demais recursos naturais essenciais à segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, com vistas a valorizar e resgatar as sementes e cultivos tradicionais de cada povo indígena.

Método
O ranking das dez APs com menor percentual de floresta remanescente foi definido a partir da soma do desmatamento acumulado até 2011 de cada área com relação ao seu total de floresta original.



⁽³⁾ Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Autazes.
⁽⁴⁾ Informações obtidas de Edivaldo Oliveira, técnico indígena Munduruku, do Centro Regional da Funai em Manaus, em conversa telefônica com Elis Araújo em 09/08/2012.
⁽⁵⁾ Decreto da Presidência da República nº 7.747 de 05 de junho de 2012.

Áreas Protegidas CRÍTICAS

segundo as ameaças
de desafetação

RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS, PRÓXIMO
A SANTARÉM, PA. VILA DE MENTAE.
FOTO: ADRIANO GAMBARINI

Ameaça de desafetação de Áreas Protegidas por iniciativa legal

O aumento da ocupação irregular e da degradação florestal nas APs na Amazônia tem movido iniciativas formais (ações judiciais e projetos no legislativo) para diminuir ou retirar a proteção legal (desafetação) dessas áreas (Araújo & Barreto, 2010). Cerca de 20.600 quilômetros quadrados de APs (n=29) já foram desafetados por lei na Amazônia Legal. A maioria dessas desafetações (83%) ocorreu em anos recentes (2009 a 2012) para regularizar ocupações e permitir a construção de obras de infraestrutura, sobretudo usinas hidrelétricas (UHE).

Até julho de 2012 identificamos dez APs objeto de ações judiciais e/ou projetos no Legislativo (Tabela 4 e Figura 2). As ações judiciais objetivam retirar ocupantes⁽⁶⁾ ou invalidar os instrumentos de criação dessas áreas; e os projetos no Legislativo visam desconstituir

ou reduzir as APs ou, ainda, permutar⁽⁷⁾ áreas. Ao todo, 32.866 quilômetros quadrados correm risco de desafetação.

As desafetações ainda tendem a estimular novas ocupações e maior degradação de APs para forçar desafetações futuras. Um exemplo ocorre no Estado de Rondônia, que tem adotado a desafetação de APs ocupadas como regra, o que se nota tanto pela quantidade de área desafetada (85% do total ou 17.600 quilômetros quadrados) quanto pelo número de APs reduzidas ou desconstituídas (n=21). Mesmo após as desafetações, as APs continuam a sofrer invasão e degradação. A Flona Bom Futuro, por exemplo, foi reduzida em 35% de seu tamanho original em 2010, e ainda assim continua apresentando desmatamento crescente na parte remanescente.

⁽⁶⁾ Consideramos a existência de ações judiciais para a retirada de ocupantes de APs como uma ameaça de desafetação porque os ocupantes podem obter decisão favorável a sua permanência na área e também a exclusão de suas propriedades dos limites da AP.

⁽⁷⁾ Uma forma de troca de áreas dentro da AP por outras em seu entorno.

TABELA 4
Áreas Protegidas da Amazônia objeto de iniciativa legal para desafetação.

TIPO DE ÁREA PROTEGIDA	ÁREA PROTEGIDA	ESTADO	TIPO DE INICIATIVA LEGAL	OBJETIVO DA INICIATIVA LEGAL	ÁREA DA AP (KM²)	ÁREA AMEAÇADA DE DESAFETAÇÃO (KM²)
UCF	Flona Jamanxim	PA	PDC 1148/2008	Desconstituir	13.044,8	13.011,0
TI	TI Apyterewa	PA	PDC 393/2007	Desconstituir	7.741,9	7.735,0
UCF	Esec da Terra do Meio	PA	PLC 6479/2006	Reduzir e permutar área	33.714,4	5.868,0
UCF	Parna da Serra do Pardo	PA	PLC 6479/2006	Permutar área	4.461,9	1.817,0
TI	TI Marãiwatsede	MT	PDC 510/2008/ Ação judicial nº 2007.01.00.051031-1 (TRF1)	Desconstituir/ Retirar ocupantes	1.667,5	1.652,0
TI	Awá	AM	Ação judicial nº 95.00.00353-8	Desconstituir	1.153,5	1.166,0
TI	TI Alto Rio Guamá	PA	Ação judicial nº 2006.39.04.003310-7 (JF/PA Castanhal)	Reduzir	2.857,7	690,0
TI	TI Uru-Eu-Wau-Wau	RO	Ação judicial nº 2004.41.00.000078-9 (JF/RO)	Retirar ocupantes	18.609,6	550,0
UCF	Resex Rio Ouro Preto	RO	PLS 206/2007	Reduzir	1.992,3	315,0
UCF	Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo	PA	PLS 258/2009	Mudar categoria e reduzir	3.432,2	18,0

TOTAL DE ÁREA (KM²)	88.756,8	32.865,7
---------------------	----------	----------



Além das possíveis reduções, as APs próximas às hidrelétricas podem sofrer desmatamentos provocados nas áreas de influência direta e/ou indireta dos empreendimentos. As análises de risco de desmatamento para a área de influência da hidrelétrica de Belo Monte retratam forte ameaça a partir da imigração (Barreto *et al.*, 2011). Apesar de o governo federal prometer usar um novo modelo de construção de hidrelétrica (plataforma) que evitaria imigração, no caso da região do Rio Tapajós o próprio governo estima que os investimentos resultarão na geração de 75 mil empregos⁽¹⁰⁾.

Método

Nesta lista consideramos as APs ameaçadas legalmente por projetos de lei ou de decreto legislativo, ações judiciais e UHEs.

Selecionamos as APs ameaçadas via projeto de lei, decreto legislativo ou ação judicial em tramitação a partir do estudo O fim da floresta? (GTA/RO, 2008), que denuncia a redução e supressão de várias APs no Estado

de Rondônia. Também consultamos sites especializados em informações socioambientais na Internet: www.amazonia.org.br, www.ambientebrasil.com.br, www.socioambiental.org.br e www.globoamazonia.com.br; e sites institucionais: www.ibama.gov.br, www.icmbio.gov.br, www.camara.gov.br, www.senado.gov.br, www.presidencia.gov.br, www.ale.ro.gov.br, <http://www.al.mt.gov.br>, www.trfl.jus.br, www.stj.jus.br e www.stf.jus.br.

Para selecionar as APs ameaçadas por UHEs, consideramos as hidrelétricas planejadas que ainda não tiveram suas obras iniciadas ou estão em fase inicial do processo de licenciamento ambiental. Para essa análise, consultamos o estudo sobre as APs desafetadas na Bacia do Tapajós realizado por Araújo *et al.* (2012); e o site da Funai: www.funai.gov.br. Identificamos as APs num raio de 40 km da provável localização da UHE planejada, a partir dos dados do site da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica): <http://sigel.aneel.gov.br/>.

Vulnerabilidades sistêmicas

Nossa análise revela que as APs críticas têm sucumbido às ameaças decorrentes do agro-negócio e de projetos de infraestrutura, especialmente hidrelétricas. Estas áreas são vulneráveis por causa de falhas sistêmicas do poder público, que tem o dever de protegê-las. Nesta seção resumimos estas falhas para ajudar no desenho de soluções.

O governo tem aumentado a fiscalização ambiental em algumas regiões por meio de operações de campo que resultam em multas, confisco de bens (inclusive gado) e embargo econômico. Porém, estas ações são insuficientes, pois são iniciadas após o dano ter ocorrido e a aplicação final das penas é baixa. Por exemplo, menos de 0,5% do valor das multas tem sido arrecadado e muitos infratores continuam usando as áreas embargadas.

Faltam estruturas básicas de governança para prevenir os danos e promover o uso sustentável das UCs. Por exemplo, das 11 UCs listadas nos rankings, oito não possuem plano de manejo, nove não possuem conselhos gestores formados e oito não têm funcionários dedicados a sua gestão, sem contabilizar aquelas que não disponibilizaram esses dados.

A vulnerabilidade decorre também da escassez de recursos e da incapacidade governamental de executar o orçamento disponível. Em um relatório publicado em 2008, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) afirma que apenas R\$ 312 milhões do orçamento federal foram repassados às UCs, enquanto os custos recorrentes anuais para as UCs federais deveriam somar aproximadamente R\$ 543 milhões. Segundo o MMA, para

a estruturação mínima do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuv) seriam necessários R\$ 611 milhões em investimentos no sistema federal e cerca de R\$ 1,18 bilhão nos sistemas estaduais. Contudo, os valores disponíveis nos orçamentos da União e dos estados têm sido muito aquém do necessário (Inesc, 2011). Além disso, os esforços têm sido insuficientes para a arrecadação de receita via instrumentos alternativos como visitação, ICMS Ecológico, entre outros (Muanis *et al.*, 2009).

É ainda mais preocupante o fato de que o governo federal tem sido incapaz de executar o orçamento das APs. Em 2008, apenas R\$ 49,5 milhões dos R\$ 500 milhões arrecadados da compensação ambiental federal foram investidos. Estes valores são arrecadados de empresas para compensar os danos decorrentes de grandes projetos que recebem a licença ambiental. A baixa aplicação desse recurso se deve: i) à falta de prioridade política para regulamentar os processos técnicos, administrativos e operacionais para destinação do recurso; ii) à capacitação insuficiente dos recursos humanos; e iii) ao ambiente de incerteza jurídica criada pela Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 3.378/2008⁽¹¹⁾, movida pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) (Muanis *et al.*, 2009).

Além disso, o ICMBio⁽¹²⁾ gastou apenas 50% do orçamento até 15 de outubro de 2011, quando 80% do ano já havia decorrido (executado R\$ 290 milhões de R\$ 567 milhões). Nesse mesmo período, o ICMBio executou apenas 13,36% do orçamento do Programa Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros (R\$ 24 mi-

⁽¹¹⁾ Em abril de 2008, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) julgou o mérito da Adin nº 3.378 movida pela CNI, afirmando que a cobrança da compensação ambiental era constitucional e deveria ser proporcional ao dano causado pela obra, e derrubou o valor mínimo de 0,5%. Em maio de 2009, o Decreto Federal nº 6.848 estabelece uma nova metodologia de cálculo da compensação, na qual foi fixado um valor máximo de cobrança em 0,5% do custo do empreendimento. Ou seja, o que antes era o patamar mínimo tornou-se o máximo. No mês seguinte, o Instituto Socioambiental (ISA) e a ONG Amigos da Terra-Amazônia Brasileira entraram com uma nova ação no STJ (Reclamação nº 8.465) alegando inconstitucionalidade da decisão por razão homóloga à que levou o STF a julgar a Adin nº 3.378. Ainda não houve pronunciamento sobre a Reclamação.

⁽¹²⁾ Criado pela Lei 11.516/2007, o ICMBio é uma autarquia integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), vinculada ao MMA. Entre suas atribuições está a criação, implementação e gestão das UCs federais.

⁽¹⁰⁾ Informação disponível no vídeo postado pelo Palácio do Planalto em 18/02/2010 neste endereço <http://youtu.be/IMYYIBb8LTQ>.

lhões de R\$ 184 milhões (Inesc, 2011).

No caso das TIs, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça gastaram, de 2006 a 2010, cerca de R\$ 2,84 bilhões em ações finalísticas aos indígenas. Esse valor equivale a aproximadamente 92,37% do que foi autorizado pelo Congresso Nacional, de modo que R\$ 234,8 milhões retornaram ao Tesouro Nacional (Inesc, 2011).

Ao mesmo tempo em que os recursos são devolvidos, ainda falta lidar com os ocupantes, seja para removê-los ou indenizá-los quando for o caso. Como as regras sobre posses de terras públicas no Brasil são confusas e o judiciário é lento, os ocupantes permanecem nas áreas por muitos anos e continuam degradando e usufruindo do patrimônio público ou de populações indígenas e tradicionais (Barreto *et al.*, 2008). Com o passar do tempo, os ocupantes ganham poder econômico e político para pressionar pela extinção ou enfraquecimento da proteção legal. Governantes acuados ou coniventes têm reduzido a proteção legal de várias áreas (Araújo & Barreto, 2010). Em alguns casos os governos têm demorado a aplicar decisões judiciais para a remoção de invasores, o que reforça as pressões como nos casos das TIs Marãiwatsede e Alto Rio Guamá.

A vulnerabilidade das áreas se agrava à medida que o próprio governo usa meios legalmente questionáveis para reduzir APs e, com isso, acelerar seus projetos de infraestrutura, como medidas provisórias sem consultas públicas. Este tipo de medida reforça a pressão de ocupantes ilegais para desafetar outras áreas.



FAZENDA NO NORTE DE MATO GROSSO. FOTO: FERNANDA PRETO

Recomendações

Para assegurar a integridade das APs será necessário tomar medidas prioritárias pontuais para lidar com as áreas críticas identificadas neste trabalho, ao mesmo tempo em que se avança em medidas para sanar as vulnerabilidades sistêmicas.

Para as áreas com pequenos remanescentes florestais, sem pressão adicional de desmatamento, será necessário investir na restauração para que elas cumpram seu objetivos. Em algumas TIs do Amazonas, áreas desmatadas têm sido restauradas por SAFs, que ajudam a garantir a segurança alimentar dos povos indígenas. Esta abordagem pode ser considerada para outras áreas em consulta com os povos indígenas.

Para lidar com as áreas com altas taxas de desmatamento serão necessárias várias abordagens. No curtíssimo prazo o governo deve reforçar as medidas mais eficazes contra o desmatamento ilegal como o confisco e leilão de gado (Maia *et al.*, 2011). Além disso, deve responsabilizar as empresas que se abastecem de produtos ilegais oriundos destas áreas, como alguns frigoríficos.

Para reforçar a prevenção e promover o uso sustentável das áreas, o governo deve instalar bases de vigilância permanentes e usar forças-tarefa para elaborar planos de manejo e formar conselhos gestores no caso de UCs. Ademais, o poder público (executivo e judiciário) deveria julgar e aplicar rapidamente as decisões referentes a regularização fundiária de APs. É essencial evitar processos judiciais que duram décadas e acabam sendo fatais para a conservação e para muitos envolvidos nos conflitos.

Para que o governo consiga atuar rapidamente será necessário ampliar parcerias com universidades, institutos de pesquisa e prestadores de serviço. Essas parcerias seriam úteis tanto para aproveitar os profissionais altamente capacitados fora do quadro governamental quanto para usar de estruturas mais ágeis para a aplicação dos orçamentos já disponíveis. Recentemente, o governo decidiu se utilizar das concessões para agilizar os investimentos em infraestrutura, o que mostra uma abertura para o uso desta abordagem para as APs.

A solução de alguns dos problemas sistêmicos dependerá de que as mais altas autoridades governamentais e líderes do setor privado (como construtoras e agentes financeiros) priorizem o sucesso das APs na Amazônia. Nesse sentido, uma das mudanças mais importantes é que eles coordenem seus projetos de infraestrutura com medidas de compensação e fortalecimento das APs. À medida que megaprojetos têm resultado em conflitos e degradação, a reputação do governo e das empresas envolvidas é questionada e os custos associados com disputas judiciais (como a paralisação de obras) aumentam. Além da conservação, governo e empresas ganhariam ao evitar estes desgastes.

Para facilitar uma visão sistêmica dos riscos ambientais de vários projetos de infraestrutura, o governo deveria realizar uma AAE (Avaliação Ambiental Estratégica), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 464/2004). Assim, seria possível determinar, em escala regional, as medidas necessárias de mitigação e compensação de impactos ambientais. O nosso mapa que aponta as APs ameaçadas por projetos de hidrelétricas revela os locais onde essa estratégia deveria ser prioritariamente fortalecida.

Referências Bibliográficas

Araújo, E.; Martins, H.; Barreto, P.; Vedoveto, M.; Souza Jr., C. & Veríssimo, A. 2012. *Redução de Áreas Protegidas para a Produção de Energia*. Belém-PA: Imazon, 14p.

Araújo, E. & Barreto, P. 2010. *Ameaças formais contra as Áreas Protegidas na Amazônia*. O Estado da Amazônia, 16. Belém-PA: Imazon, 6p.

Arima, E.; Simmons, C.; Walker, R. & Cochrane, M. 2007. *Fire in the Brazilian Amazon: A Spatially Explicit Model for PolicyXPL Impact Analysis*. Journal of Regional Science, 47(3): 541-567.

Barreto, P.; Brandão Jr. A.; Martins, H.; Silva, D.; Souza Jr., C.; Sales, M. & Feitosa, T. 2011. *Risco de Desmatamento Associado à Hidrelétrica de Belo Monte*. Belém-PA: Imazon , 98p.

Barreto, P.; Pinto, A.; Brito, B. & Hayashi, S. 2008. *Quem é dono da Amazônia: Uma análise do cadastramento de imóveis rurais*. Belém-PA: Imazon , 72p.

Brasil. 2012. Decreto nº 7.747/2012. *Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e dá outras providências*. Presidência da República, casa Civil.

Dióz, R. 2012. *Ministra suspende ação do Exército e da Força Nacional de Segurança em Suíá Missú*. Jornal O Diário. Notícia de 12/09/2012. Disponível em: <http://www.jornalodiario.com.br/TNX/conteudo.php?cid=15823&sid=44>. Acesso em: 17 ago. 2012.

Gonçalves, M. 1999. *STF rejeita mandado de segurança contra demarcação da área Maraiwatsede*. Instituto Socioambiental: Notícias socioambientais de 17/03/1999. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=810>. Acesso em 17 set. 2012.

GTA. 2008. *O fim da floresta? A devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Estado de Rondônia*. Rondônia, 60p.

Imazon & ISA. 2011. *Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios*. Rolla, A.; Veríssimo, A.; Vedoveto, M.; Futada, S. M. Belém-PA: Imazon e São Paulo-SP: Instituto Socioambiental, 2011.

Inesc. Instituto de Estudos Socioeconômicos. 2011. *Boletim Orçamento e Política Ambiental*. Disponível em: http://www.br.boell.org/downloads/inesc_boletim_27_o_que_e_capitalismo_verde.pdf. Acesso em: 13 ago. 2012.

ISA. Instituto Socioambiental. 2011. *Povos Indígenas no Brasil. Povo Mura*. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/mura/2118>. Acesso em: 10 ago. 2011.

Leiva, X. 2012. *Justiça ordena desocupação da Maraiwatsede*. Greenpeace 20 Brasil. 02/08/2012. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/juiz-do-mato-grosso-ordena-desocupao-da-mariw/blog/41643/>. Acesso em: 17 set. 2012.

Maia, H.; Hargrave, J.; Gómez, J.J.; & Röper, M. 2011. *Avaliação do plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento da Amazônia Legal 2007-2010*. Brasília-DF: setembro 2011.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2009. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. *Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente: 2009. 2ª edição. 72p. Série Áreas Protegidas do Brasil v. 7*. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010113443.pdf. Acesso em: 17 set. 2012.

MME. Ministério de Minas e Energia & RPE. Empresa de Pesquisa Energética. 2011. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2020*. Brasília-DF: MME/EPE.

Muanis, M. M.; Serrão, M. & Geluda, L. 2009. *Quanto custa uma unidade de conservação federal?: uma visão estratégica para o financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc)*. Rio de Janeiro-RJ: Funbio.

Piovesan, E. & Siqueira C. 2012. *Câmara aprova MP que altera limite de oito áreas ambientais*. Agência Câmara de Notícias. Notícia de 15/05/2012. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/MEIO-AMBIENTE/417350-CAMARA-APROVA-MP-QUE-ALTERA-LIMITE-DE-OITO-AREAS-AMBIENTAIS.html>. Acesso em: 16 mai. 2012.

Soares-Filho, B.; Moutinho, P.; Nepstad, D.; Anderson, A.; Rodrigues, H.; Garcia, R.; Dietzsch, L.; Merry, F.; Bowman, M.; Hissa, L.; Silvestrini, R. & Maretti, C. 2010. *Role of Brazilian Amazon protected areas in climate change mitigation PNAS 2010*. Publicado antes da impressão, 26 de maio.

Agradecimentos

A Leopoldo Dias, Chefe da Divisão Técnica da Funai – Coordenação Regional de Alto Solimões, e Edivaldo Oliveira Munduruku, técnico indígena da Funai – Coordenação Regional de Manaus, pelas informações sobre as TIs do Amazonas;

A Roberto Tavares, da Divisão de Etnozoneamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, e Juan Scalia, Coordenador Regional Substituto da Coordenação Regional de Rio Branco – Funai, pelas informações sobre a TI Kaxinawa da Colônia Vinte e Sete;

Ao Ibama – Belém pelos dados sobre as multas e áreas embargadas, e ao ICMBio (Marcelo Kinouchi) pelos dados do RAPPAM;

A Paulo Bonavigo, Coordenador de UC da Sedam/RO, e João Alberto Ribeiro, analista ambiental do Ibama, pelas informações sobre as UCs de Rondônia;

A Rodney Salomão e Amintas Jr., do laboratório de geoprocessamento do Imazon, por apoiar as análises sobre desmatamento; e a Ana Carolina Lima, estagiária do Imazon, por organizar os dados dos anexos.

Anexo

Para contextualizar a situação de acessibilidade, pressão, ameaça e vulnerabilidade a que as APs estão condicionadas, disponibilizamos a seguir mapas e tabelas descritivas para aquelas mais críticas da Amazônia Legal segundo as análises de desmatamento. O objetivo é subsidiar as recomendações para proteger cada uma das APs e retirá-las da condição de criticidade em que se encontram. Nas tabelas apresentamos cada um desses quatro aspectos mencionados acima, para os quais consideramos alguns indicadores:

QUADRO 1

Aspectos e indicadores das Áreas Protegidas críticas da Amazônia Legal.

ASPECTOS	INDICADORES
Acessibilidade <i>Meios e condições de acesso às APs e aos seus recursos naturais que facilitam o avanço das ameaças</i>	☐ Estradas oficiais e não oficiais: no interior da AP e a uma distância de 5 km ☐ Rios: rios navegáveis no interior da AP e a uma distância de 5 km
Pressão <i>Atividades passadas e/ou em curso com impactos negativos sobre as APs</i>	☐ Desmatamento acumulado no interior da AP: área desmatada até 2011 segundo dados do Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) ☐ Taxa de desmatamento recente no interior da AP: dados do SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento) de setembro de 2011 a maio de 2012 ☐ Degradação florestal no interior da AP: dados do SAD de agosto de 2011 a abril de 2012 ☐ Exploração madeireira ilegal no interior da AP: dados do Simex (Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira) de 2007 a 2010 ☐ Presença de CAR (Cadastro Ambiental Rural) no interior da AP para os estados do Pará e Mato Grosso ☐ Extração mineral: presença de interesse mineral ou área em início de extração mineral dentro da AP segundo dados do DNMP (Departamento Nacional de Produção Mineral) até junho 2012
Ameaça <i>Atividades potenciais ou planejadas que acarretarão ou intensificarão os impactos negativos sobre as APs e que ocorrem na área de entorno</i>	☐ Mesmos indicadores de pressão, mas que ocorrem no entorno imediato da AP (5 km). Exceção: presença de CAR e extração mineral
Vulnerabilidade <i>Indicadores de gestão, fiscalização e regularização das APs para avaliar suas condições atuais de combater as pressões e de resistir às ameaças</i>	☐ Plano de manejo: A UC possui plano de manejo?⁽¹⁾ ☐ Conselho gestor: A UC possui conselho gestor formado?⁽²⁾ ☐ Funcionários: número total de funcionários e suficiência de funcionários à gestão da UC segundo dados do RAPPAM 2010 (Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management) disponibilizados pelo ICMBio ☐ Regularização fundiária: sim para os casos em que houve desintrusão ou indenização de ocupantes ☐ Recursos financeiros destinados à gestão da UC: os recursos investidos na UC nos últimos 5 anos foram suficientes para atender aos seus objetivos? Há previsão de recurso para os próximos 5 anos? Segundo dados do RAPPAM 2010 disponibilizados pelo ICMBio ☐ Proteção legal: multas no interior da AP e áreas embargadas no entorno e no interior da AP (Ibama) ☐ Iniciativa de desafetação via projeto de lei ou decreto legislativo, ação judicial em tramitação ou projeto de usina hidrelétrica

⁽¹⁾ Consulta ao coordenador de UC na Sedam/RO, Senhor Paulo Bonavito, em 18 de julho, e às Oemas dos estados da Amazônia via ofícios em 2010.

⁽²⁾ Consulta ao coordenador de UC na Sedam/RO, Senhor Paulo Bonavito, em 18 de julho, e às Oemas dos estados da Amazônia via ofícios em 2010.

Anexo I

Áreas Protegidas do ranking de maior média de perda
absoluta de floresta original entre 2009 e 2011

1 Floresta Nacional do Jamanxim

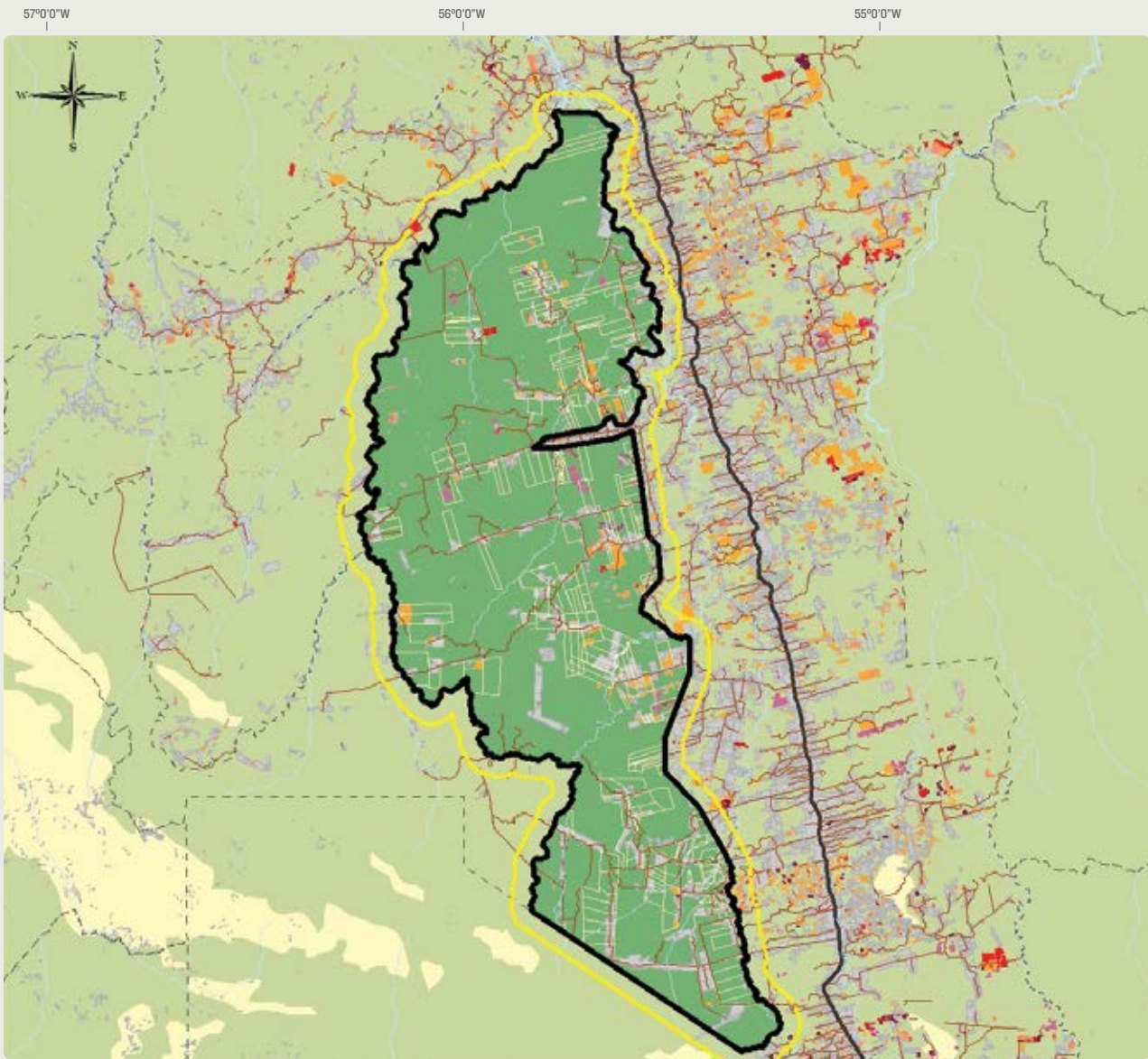
ÁREA
13.044,8 km²

MUNICÍPIO
Novo Progresso e Itaituba (PA)

43
km²/ano
MÉDIA DE PERDA
ABSOLUTA DE
FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2001



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não	Não
	Não oficiais	460,1 km	1.385,6 km
Rios navegáveis		Sim	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	698,3 km²	1.152,1 km²
	Taxa recente (setembro de 2011 a maio de 2012)	Não	1,5 km²
Degradação florestal (2011)		0,4 km²	2,5 km²
Exploração madeireira ilegal (2007 a 2010)		1,9 km²	24,7 km²
Imóveis no CAR		Não	265 (2.948,1 km²)
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Gestão		
Instrumentos de gestão	Plano de manejo	Sim
	Conselho gestor	Sim
Funcionários	Número de funcionários	Não temos informação
	Número de funcionários suficiente para gestão efetiva da UC?	Não
Recursos financeiros	Recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC?	Não
	Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC?	Sim
	Regularização fundiária	Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	120,7 km²	342,3 km²
Multas (2009 a 2011)	41 autos - R\$ 50.274.775	
Iniciativa de desafetação	PDC 2224/2006, PDC 1148/2008 e UHE Jardim do Ouro	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A UC encontra-se na zona de influência da BR-163 e sofre exploração madeireira ilegal e conversão de florestas em pastos. Embora a operação Boi Pirata II tenha ocorrido na região, ainda restam muitas fazendas dentro da Flona. Também existem vários garimpos no entorno e interior da UC. A construção de UHEs na bacia do Tapajós afeta diretamente a Flona. Estima-se que a Flona perderá cerca de mil quilômetros quadrados de floresta em razão do alagamento.

RECOMENDAÇÕES

- i retirar os ocupantes irregulares da UC e indenizar aqueles que ocupavam a área antes de sua criação; e
- ii fiscalizar a área para combater a exploração ilegal de madeira e as invasões e ocupação de terras por pecuaristas.

2 Floresta Extrativista Rio Preto-Jacundá

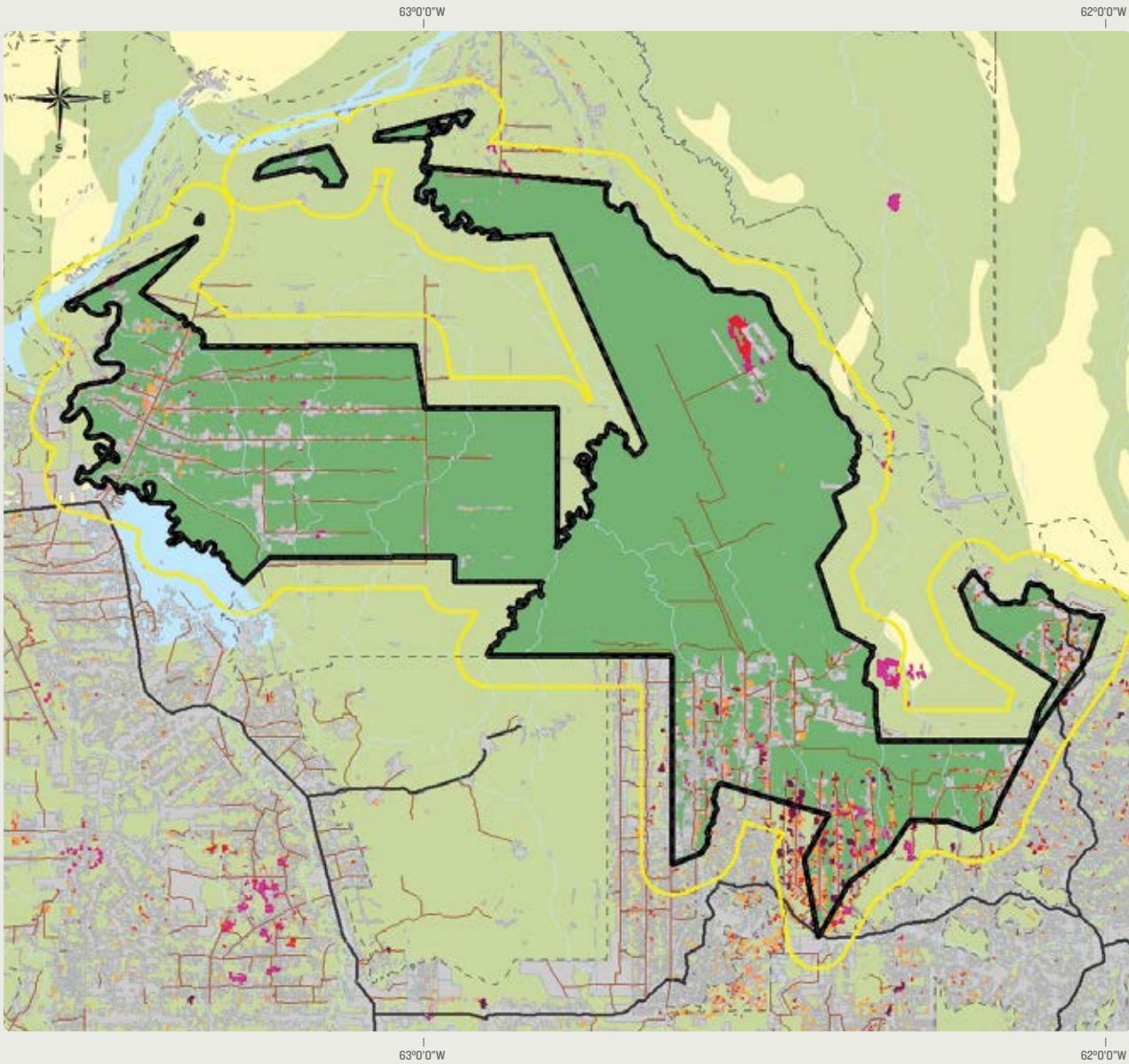
ÁREA
6.830,5 km²

MUNICÍPIO
Porto Velho, Machadinho d'Oeste, Candeias do Jamari, Cujubim e Itapuã d'Oeste (RO)

35 km²/ano
MÉDIA DE PERDA ABSOLUTA DE FLORESTA ORIGINAL ENTRE 2009 E 2001



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	39,5 km	12,3 km
	Não oficiais	386,9 km	1.010,8 km
Rios navegáveis		Sim	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	602,8	868,1 km²
	Taxa recente (setembro de 2011 a maio de 2012)	Não	10,9 km²
Degradação florestal (2011)		17,3 km²	23,5 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Gestão		
Instrumentos de gestão	Plano de manejo	Não
	Conselho gestor	Não
Funcionários	Número de funcionários	5 (não lotados)
	Número de funcionários suficiente para gestão efetiva da UC?	Não temos informação
Recursos financeiros	Recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC?	Não temos informação
	Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC?	Não temos informação
Regularização fundiária		Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	8,9 km²	36,8 km²
Multas (2009 a 2011)	Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A UC não sofre pressão de invasores. Atualmente, a caça, pesca e retirada de madeira ilegal pelos seus moradores ameaçam a integridade da UC. Representantes da Sedam/RO afirmaram que a Florex já não existe, que nunca foi demarcada e que a criação da Reserva Extrativista (Resex) Rio Preto-Jacundá, de apenas 953 km², teria revogado a Florex. Entretanto, não há decreto ou lei de revogação disponível. Atualmente, duas UCs sobrepõem a Florex: a Resex Rio Preto-Jacundá e a Floresta Nacional do Jacundá. Essas sobreposições representam 28% da área da Florex.

RECOMENDAÇÕES

- i retirar os ocupantes irregulares da UC;
- ii fiscalizar a área para combater a extração ilegal de madeira;
- iii elaborar o plano de manejo e formar conselho gestor;
- iv regularizar o uso dos moradores e usuários tradicionais da área.



3 Terra Indígena Awá

ÁREA
1.153,5 km²

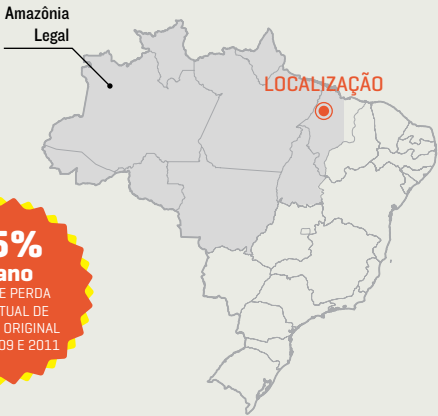
MUNICÍPIO
Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Carú e Zé Doca (MA)

POVO: Guajá

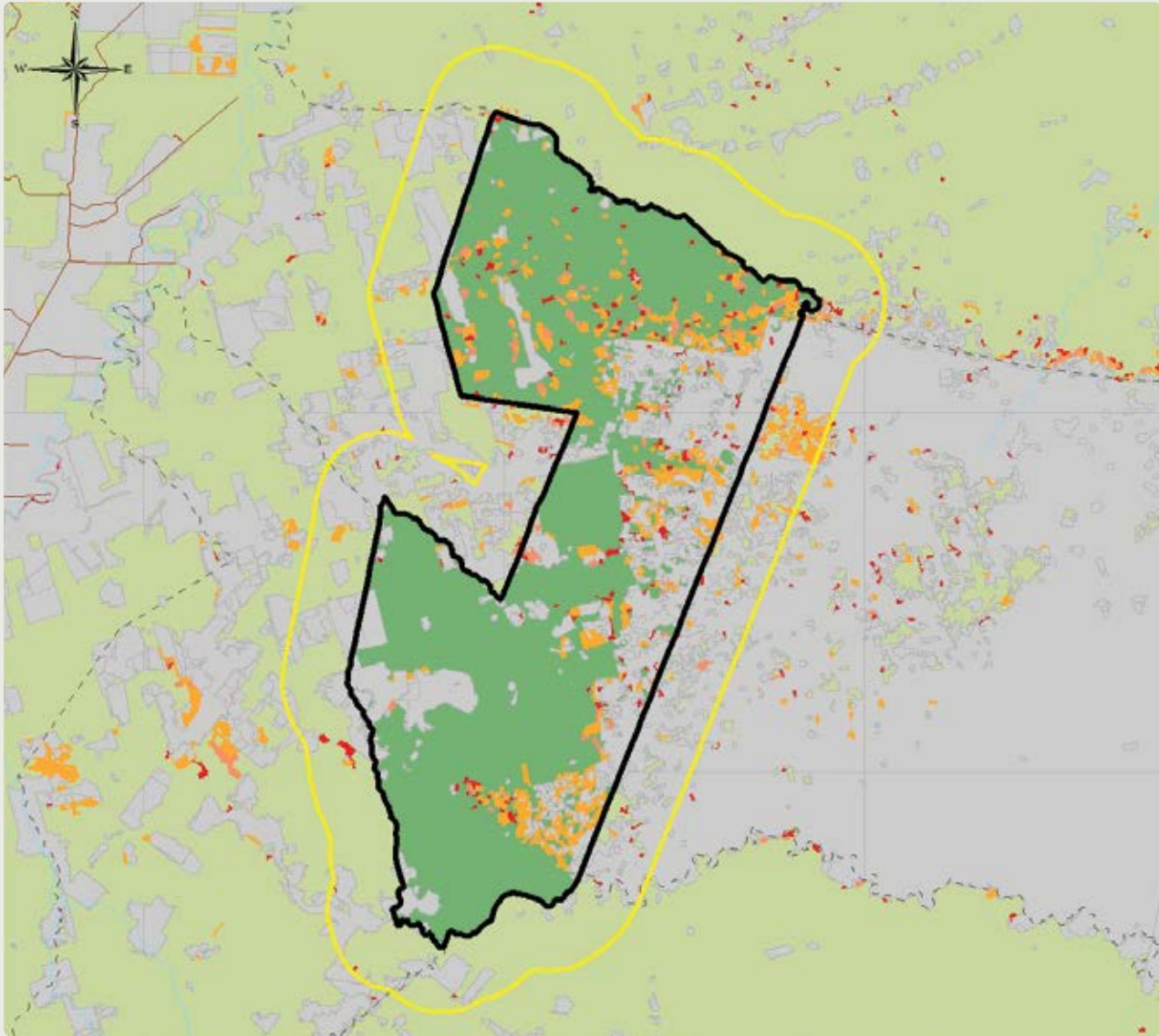
HOMOLOGAÇÃO: 2005

30 km²/ano
MÉDIA DE PERDA ABSOLUTA DE FLORESTA ORIGINAL ENTRE 2009 E 2011

3,5% ao ano
MÉDIA DE PERDA PERCENTUAL DE FLORESTA ORIGINAL ENTRE 2009 E 2011



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



km 0 8 16



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não temos informação	Não temos informação
	Não oficiais	Não temos informação	Não temos informação
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	478,2 km²	385,2 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE			
Gestão			
Regularização fundiária			Não
Proteção legal			
Comando e controle		Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)		0, 03 km²	Não
Multas (2009 a 2011)		1 auto - R\$ 600.000	
Iniciativa de desafetação		Ação judicial nº 95.00.00353-8	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Na TI, fazendeiros e posseiros praticam a exploração ilegal de madeira e a agropecuária. O avanço da degradação ambiental na TI ameaça a sobrevivência de grupos de índios isolados. Existe uma ação judicial para anular a demarcação da TI (95.00.00353-8) e que retarda sua desintrusão. Contudo, também existe uma ação judicial (2002.37.00.003918-2/MA) para retirar os ocupantes não índios da área com sentença favorável em 2009. Em março de 2012, o TRF1 (Tribunal Federal da 1ª Região) julgou a apelação da sentença de 2009 e ratificou-a, fixando o prazo de um ano para a desintrusão da TI. ⁽³⁾

RECOMENDAÇÕES

- i retirar ocupantes não índios da TI;
- ii fiscalizar a área para combater a extração ilegal de madeira e avanço da agropecuária; e
- iii controlar o acesso aos territórios dos índios isolados.

⁽³⁾ Relatório da sentença do Processo nº 2002.37.00.003918-2/MA. Disponível em: <<http://www.ma.trf1.gov.br/aviso/sentenca-awa.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2012

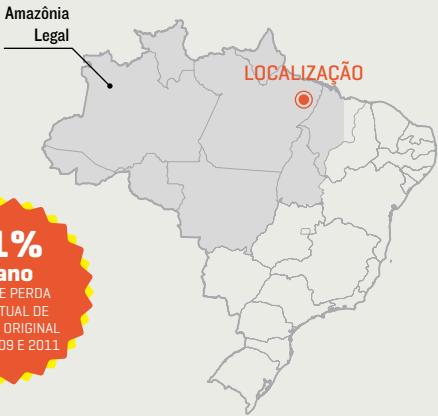
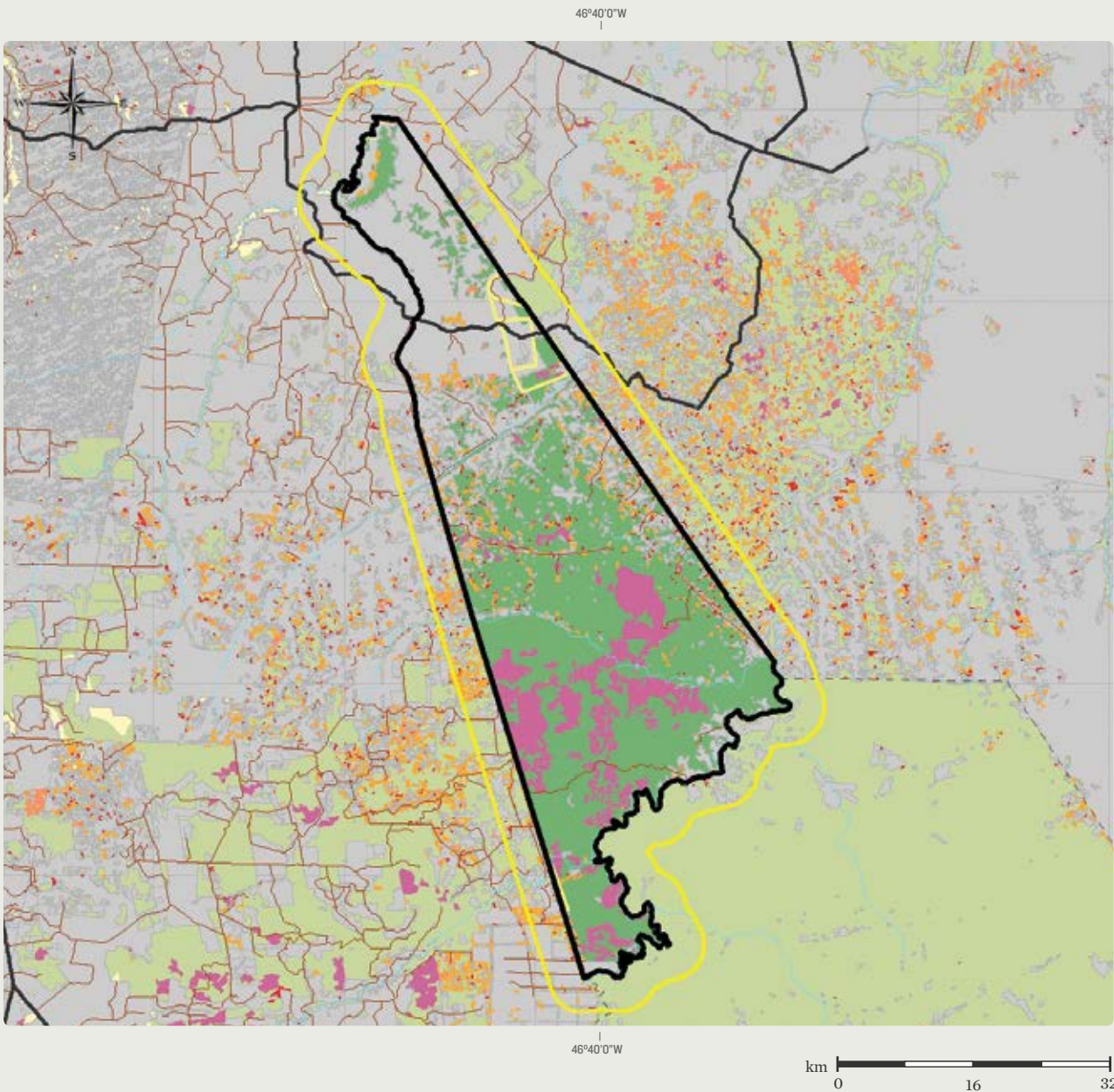


4 Terra Indígena Alto Rio Guamá

ÁREA
2.857,7 km²

MUNICÍPIO
Nova Esperança do Piriá, Paragominas e Santa Luzia do Pará (PA)

POVO: Guajá, Ka'apor e Tembé HOMOLOGAÇÃO: 1993



21 km²/ano
MÉDIA DE PERDA ABSOLUTA DE FLORESTA ORIGINAL ENTRE 2009 E 2011

1,1% ao ano
MÉDIA DE PERDA PERCENTUAL DE FLORESTA ORIGINAL ENTRE 2009 E 2011

ACESSIBILIDADE

Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	31,6 km	20,4 km
	Não oficiais	199,6 km	194,2 km
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO

Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	967,8 km²/ano	914,4 km²/ano
Exploração madeireira ilegal (2007 a 2010)		0,5 km²	135,2 km²
Imóveis no CAR		Não	4 (98,1 km²)
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE

Regularização fundiária		Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	Não	0,03 km²
Multas (2009 a 2011)	Não	
Iniciativa de desafetação	Ação Judicial nº 2006.39.04.003310-7/Castanhal	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em torno de 33% da área da TI foram desmatados. Os desmatamentos resultam da exploração ilegal de madeira e plantação de maconha, bem como da prática de pecuária e agricultura extensiva no interior e entorno da TI⁽⁴⁾. A TI apresenta uma ação judicial movida pelo município de Nova Esperança

RECOMENDAÇÕES

- i retirar ocupantes não índios da TI; ii fiscalizar a área para combater o desmatamento e o narcotráfico; e iii garantir a participação dos povos indígenas na gestão e planejamento de ações da TI.

⁽⁴⁾ Dias, C. L. 2010. O Povo Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá: construindo vias de desenvolvimento local? Dissertação de mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Disponível em: <<http://www.ppgedam.pro.br/ppgedam/attachments/article/79/disserta%C3%A7%C3%A3o-CLAUDIONOR.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2012.



5 Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri

ÁREA
7.353,8 km²

MUNICÍPIO
Altamira, Placas e Uruará (PA)

POVO: Arara

HOMOLOGAÇÃO: Pendente

21 km²/ano
MÉDIA DE PERDA ABSOLUTA DE FLORESTA ORIGINAL ENTRE 2009 E 2001



Limite de Área Protegida

Vegetação não florestal

Floresta

SAD Degradação 2011

Prodes 2009

Prodes 2011

CAR

Estradas não oficiais

Entorno 5 km

Floresta dentro da AP crítica

SAD set 2011 a maio 2012

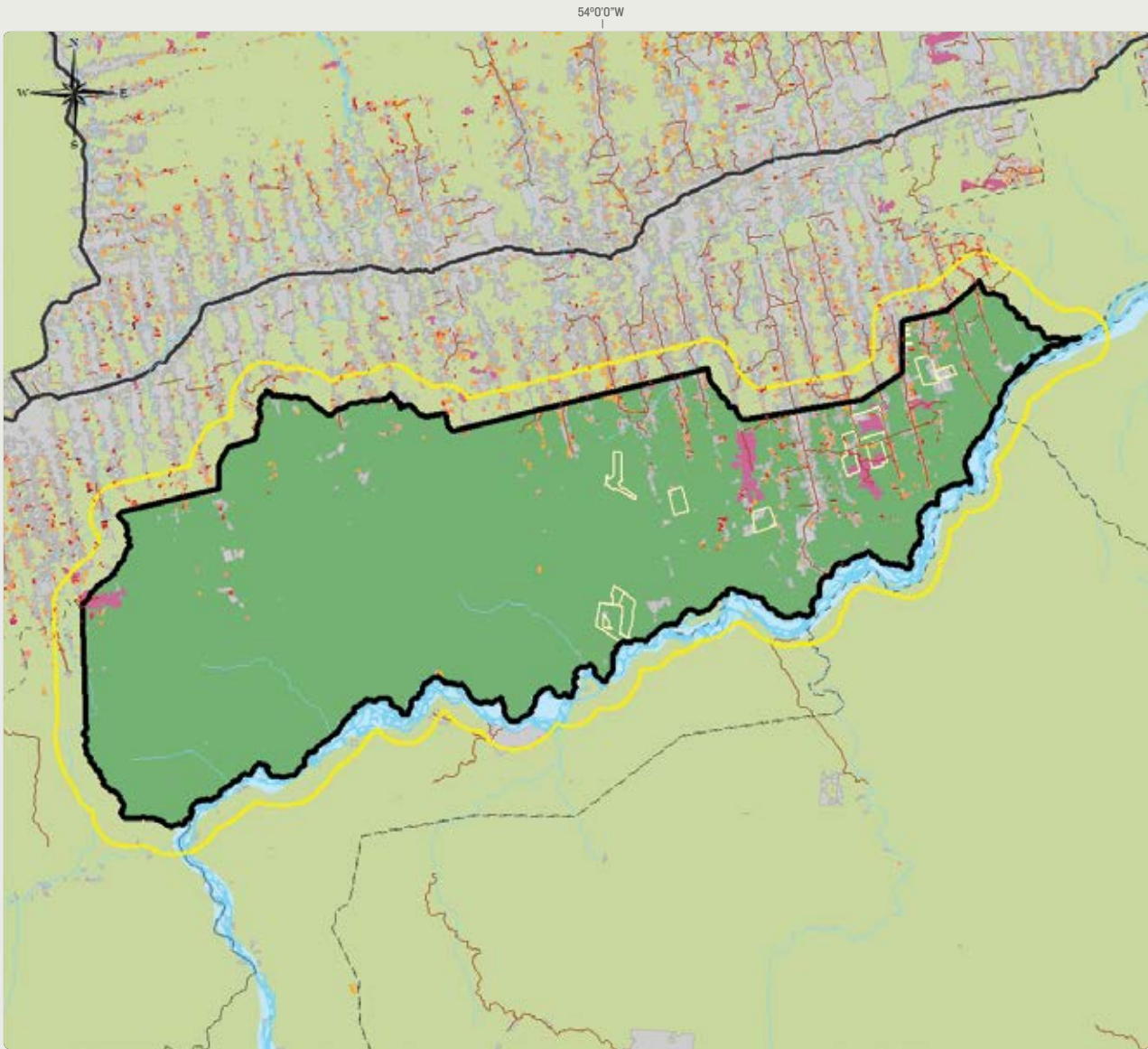
Prodes até 2008

Prodes 2010

Exploração madeira (Simex)

Estradas oficiais

Hidrografia



km 0 16 32

ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não	Não
	Não oficiais	141,2 km	291,9 km
Rios navegáveis		Sim	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	336 km²	368,9 km²
	Taxa recente (setembro de 2011 a maio de 2012)	Não	0,2 km²
Degradação florestal (2011)		Não	0,4 km²
Exploração madeireira ilegal (2007 a 2010)		1,4 km²	42,5 km²
Imóveis no CAR		Não	25 (154,6 km²)
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE			
Regularização fundiária			Não
Proteção legal			
Comando e controle		Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)		1,6 km²	0,3 km²
Multas (2009 a 2011)		Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

O acesso a TI se dá por estradas, por travessões na Transamazônica e pela Transiriri. Os desmatamentos são causados por extração ilegal de madeira, por fazendeiros no interior e entorno e pela ação de mais de mil posseiros no interior da TI, alguns destes assentados pelo Incra⁽⁶⁾. A demora no processo de reconhecimento da TI contribui para essa situação, pois cria a expectativa de que seja possível contestar sua demarcação para excluir as áreas ocupadas.

RECOMENDAÇÕES

- i finalizar o processo de demarcação da TI;
- ii retirar ocupantes não índios da TI;
- iii aumentar a fiscalização da área;
- iv garantir a participação dos povos indígenas na gestão e planejamento de ações da TI.

⁽⁶⁾ Funai, Despacho do Presidente de 27 de fevereiro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 28/02/2007. Disponível em: <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=28/02/2007&jornal=1&pagina=114&totalArquivos=160>. Acesso em: 9 ago. 2012.

6 Terra Indígena Apyterewa

ÁREA
7.741,9 km²

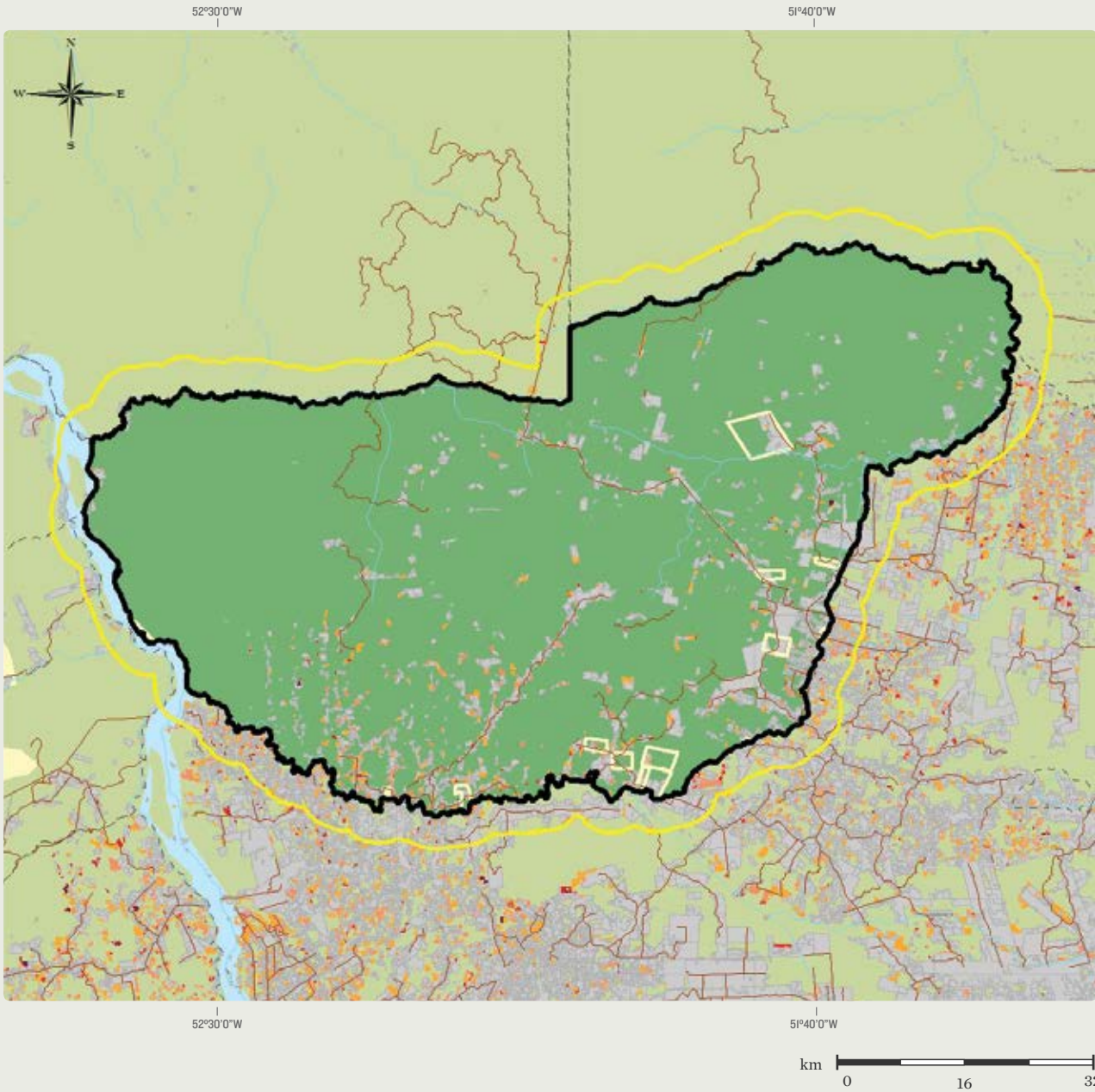
MUNICÍPIO
Altamira e São Félix do Xingu (PA)

POVO: Parakanã HOMOLOGAÇÃO: 2007

18
km²/ano
MÉDIA DE PERDA
ABSOLUTA DE
FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2001



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não	Não
	Não oficiais	209,8 km	477,7 km
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	580,7 km²	624,2 km²
	Taxa recente (setembro de 2011 a maio de 2012)	Não	0,48 km²
Imóveis no CAR		Não	11 (122,7 km²)
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Regularização fundiária		Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Multas (2009 a 2011)	1 auto - R\$ 90.000	
Iniciativa de desafetação	PDC 393/2007	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Cerca de 10% de sua área foram desmatados. Os desmatamentos são causados por fazendeiros no interior e entorno da TI. A desintrusão da TI é uma das condicionantes da UHE Belo Monte e não está sendo cumprida.⁶⁰

RECOMENDAÇÕES

- i retirar ocupantes não índios da TI;
- ii aumentar a fiscalização da área;
- iii garantir a participação dos povos indígenas na gestão e planejamento de ações da TI.

⁶⁰ Ação cautelar inominada de 18 de julho de 2012. Disponível em: http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2012/arquivos/Belo_Monte-cautelar-Condicionantes.pdf/view?searchterm=condicionantes%20belo%20monte. Acesso em: 8 ago. 2012.



7 Reserva biológica do Gurupi

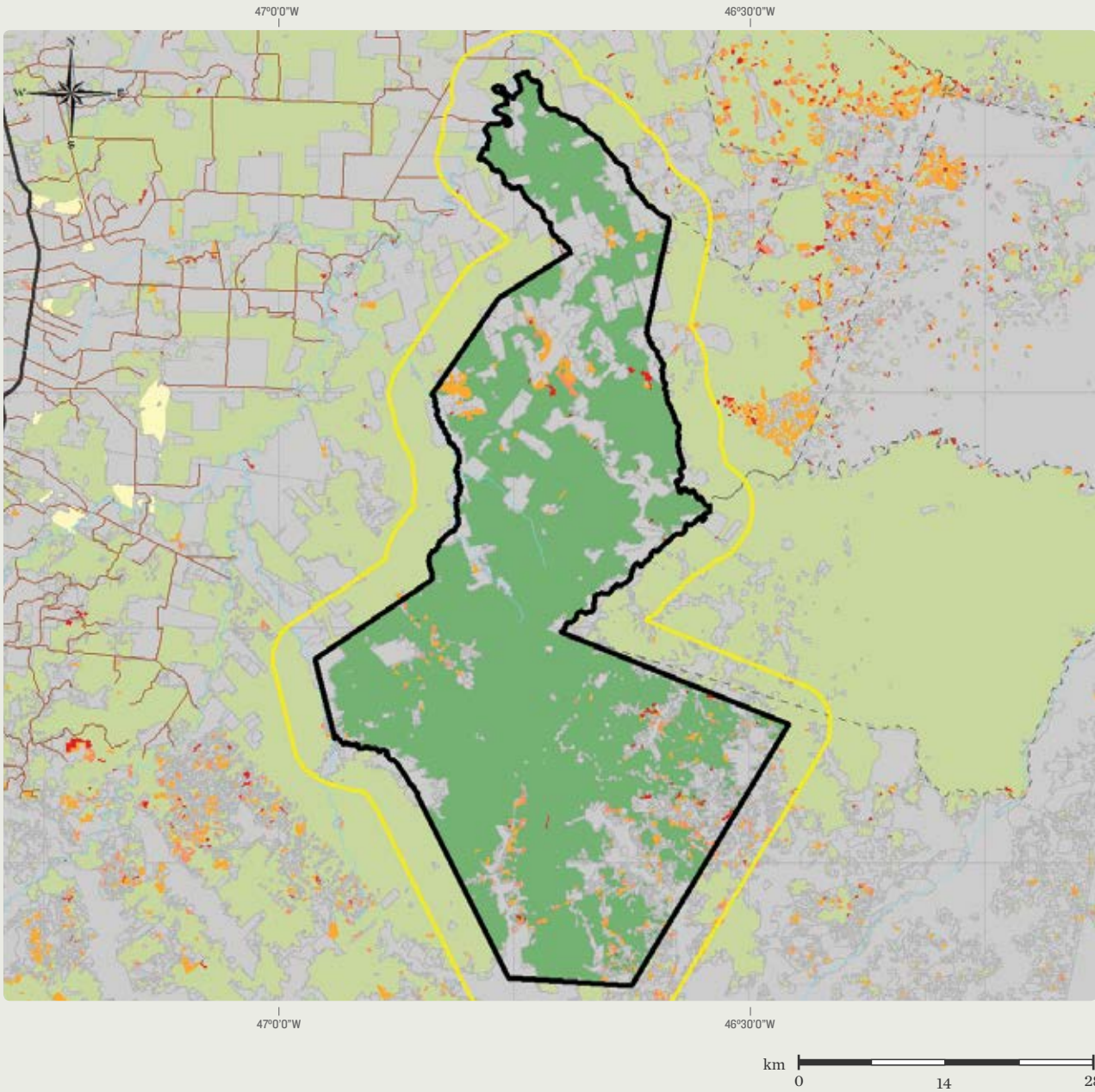
ÁREA
2.706,9 km²

MUNICÍPIO
Centro Novo do Maranhão,
Bom Jardim e São João do Carú (MA)

15
km²/ano
MÉDIA DE PERDA
ABSOLUTA DE
FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2001



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não temos informação	Não temos informação
	Não oficiais	19,9 km	Não temos informação
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	582,9 km²	752,7 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Gestão		
Instrumentos de gestão	Plano de manejo	Sim
	Conselho gestor	Não
Funcionários	Número de funcionários	Não temos informação
	Número de funcionários suficiente para gestão efetiva da UC?	Não
Recursos financeiros	Recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC?	Não
	Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC?	Sim
	Regularização fundiária	Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	Não	0,2 km²
Multas (2009 a 2011)	10 autos - R\$ 115.160	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

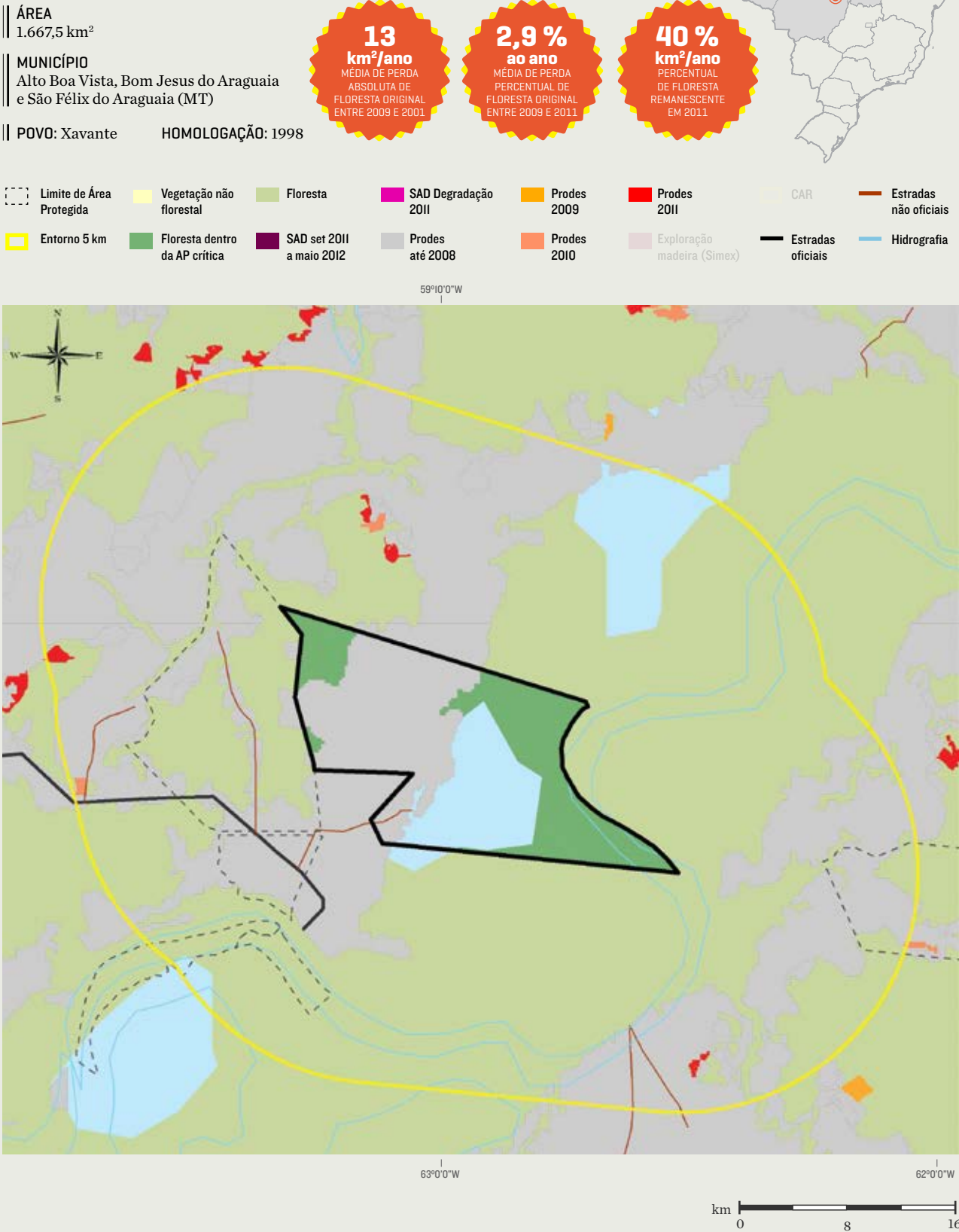
A Rebio já perdeu 26% de sua cobertura florestal original devido à exploração ilegal de madeira e atividades agropecuárias. Além disso, tem grandes problemas fundiários. Há casos de grilagem de terras e a criação de dois assentamentos (Aeroporto e Bom Jesus) pelo Iterma (Instituto de Terras do Maranhão), homologados pelo Incra. Em 2010, muitas ações fiscalizatórias ocorreram na Rebio e tiveram resultados satisfatórios, como a aplicação de multas e inibição da pressão, porém não foram continuadas por falta de recursos financeiros.

RECOMENDAÇÕES

i retirar os ocupantes irregulares da UC; ii fiscalizar a área para combater a exploração ilegal de madeira e a invasão e ocupação de terras por pecuaristas; e iii formar o conselho gestor da UC.



Terra Indígena Marãiwatsede



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	69,7 km	118,2 km
	Não oficiais	300,3 km	756,3 km
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	778,2 km²	1006,5 km²
Degradação florestal (2011)		Não	57,8 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Regularização fundiária		Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	Não	12,3 km²
Multas (2009 a 2011)	76 autos - R\$ 117.830.980	
Iniciativa de desafetação	PDC 510/2008 e ação judicial nº 95.00.00679-0/MT	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A TI aparece nas quatro análises de desmatamento deste trabalho: apresenta somente 40% da sua cobertura florestal original e segue perdendo, em média, 13 km² ou 3% de sua cobertura florestal a cada ano (de 2009 a 2011). Os desmatamentos ocorrem devido à existência de inúmeras fazendas agropecuárias no interior e entorno. Em 31/08/2012 a Justiça Federal homologou o plano de desintrusão da TI elaborado pela Funai e estabeleceu prazo de 30 dias para a desocupação voluntária.⁷⁾

RECOMENDAÇÕES

i

 retirar ocupantes não índios da TI;

ii

 recuperar sua cobertura florestal; e

iii

 garantir a participação dos povos indígenas na gestão e planejamento de ações da TI.

⁷⁾ Decisão da Justiça Federal de 31/07/2012 no processo nº 2007.36.00.012519-0/MT. Disponível em: <http://maraiwatsede.files.wordpress.com/2012/08/decisc3a3o.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2012.

9 Reserva Extrativista Verde para Sempre

ÁREA
12.941 km²

MUNICÍPIO
Porto de Moz (PA)

10
km²/ano
MÉDIA DE PERDA
ABSOLUTA DE
FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2001



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não	Não
	Não oficiais	61,9 km	192,5 km
Rios navegáveis		Sim	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	111,1 km²	346,8 km²
Imóveis no CAR		Não	37 (512,8 km²)
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Gestão		
Instrumentos de gestão	Plano de manejo	Não
	Conselho gestor	Sim
Funcionários	Número de funcionários	0
	Número de funcionários suficiente para gestão efetiva da UC?	Não
Recursos financeiros	Recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC?	Não
	Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC?	Sim
	Regularização fundiária	Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	22,4 km²	Não
Multas (2009 a 2011)	1 auto - R\$ 505.800	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A extração empresarial de recursos madeireiros na área da Resex gerou significativa degradação florestal. A UC possui uma zona alterada situada na parte sul, medindo aproximadamente 682 quilômetros quadrados. Essa região também abriga pastagens para a criação de gado branco e bubalino de alta lotação e grande impacto ambiental. Ainda ocorre a extração ilegal de madeira de pequena escala para o comércio local, praticada por muitas famílias moradoras da Resex em dezenas de comunidades. A agricultura é uma das principais fontes de renda das 650 famílias moradoras da zona florestal da Resex, que abrange uma área de 1,43 quilômetros quadrados.

RECOMENDAÇÕES

- i desapropriar e indenizar ocupantes não tradicioanis da UC;
- ii fiscalizar a área para combater invasões, extração ilegal de madeira e instalação de pastagens;
- iii elaborar o plano de manejo;
- iv lotar funcionários e garantir orçamento mínimo para a gestão da UC; e
- v prover assistência técnica para a adoção de práticas econômicas sustentáveis, como o manejo madeireiro de impacto reduzido, pela população tradicional residente da UC.



10 Floresta Estadual do Amapá

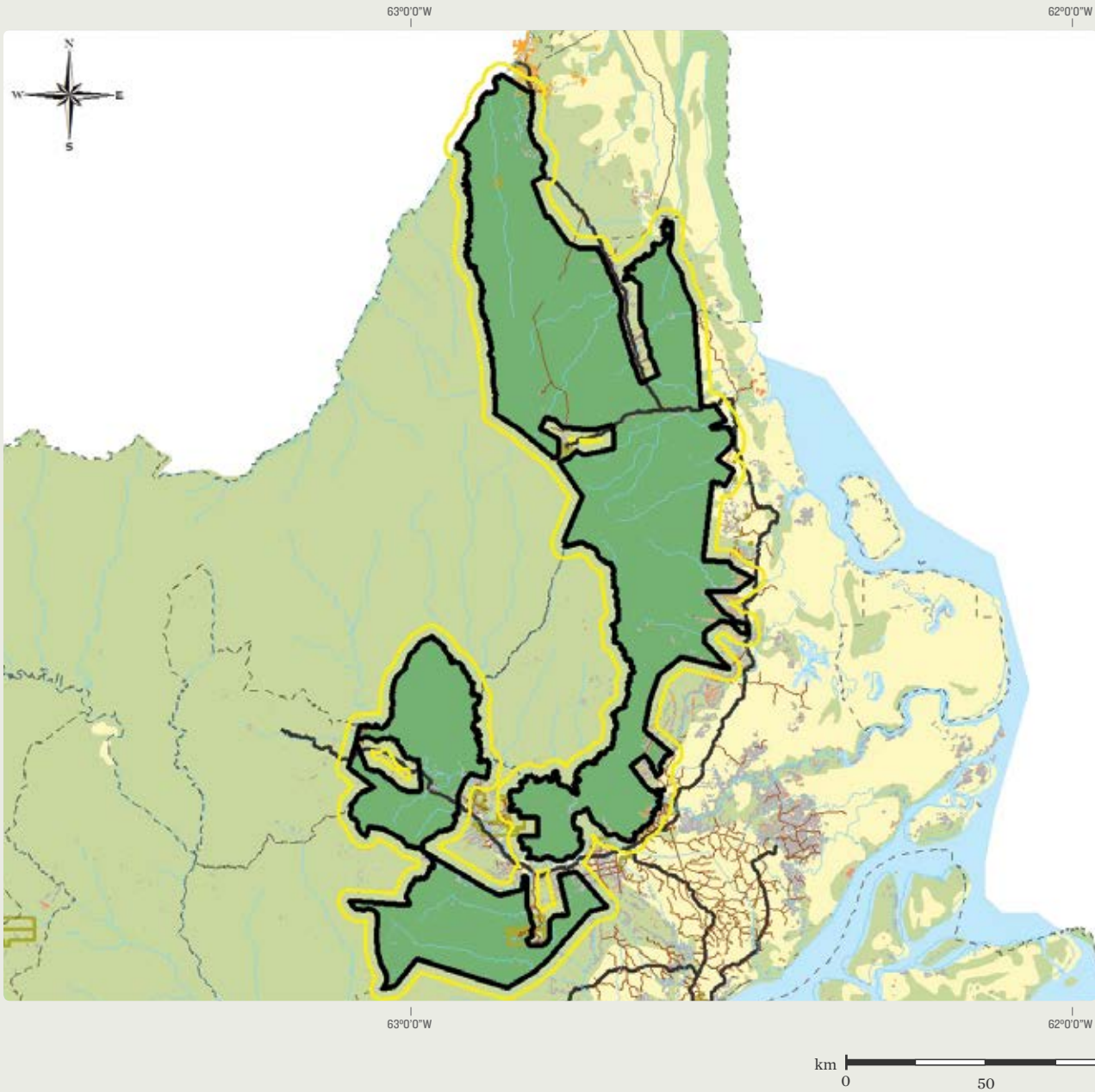
ÁREA
23.432,2 km²

MUNICÍPIO
Serra do Navio, Calçoene e Mazagão (AP)

9
km²/ano
MÉDIA DE PERDA
ABSOLUTA DE
FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2001



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- Interesses Minerais
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	278,3 km	120,6 km
	Não oficiais	303,5 km	137,9 km
Rios navegáveis		Sim	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	535,1 km²	212,7 km²
Extração mineral		Sim. 71,3 km²	

VULNERABILIDADE		
Gestão		
Instrumentos de gestão	Plano de manejo	Não
	Conselho gestor	Não
Funcionários	Número de funcionários	0
	Número de funcionários suficiente para gestão efetiva da UC?	Não
Recursos financeiros	Recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC?	Não
	Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC?	Predominantemente sim ⁽⁸⁾
	Regularização fundiária	Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	Não	
Multas (2009 a 2011)	Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A avaliação do Rappam afirma que a Flota permite fácil acesso para atividades ilegais e sofre forte pressão e demanda para extração de seus recursos naturais.

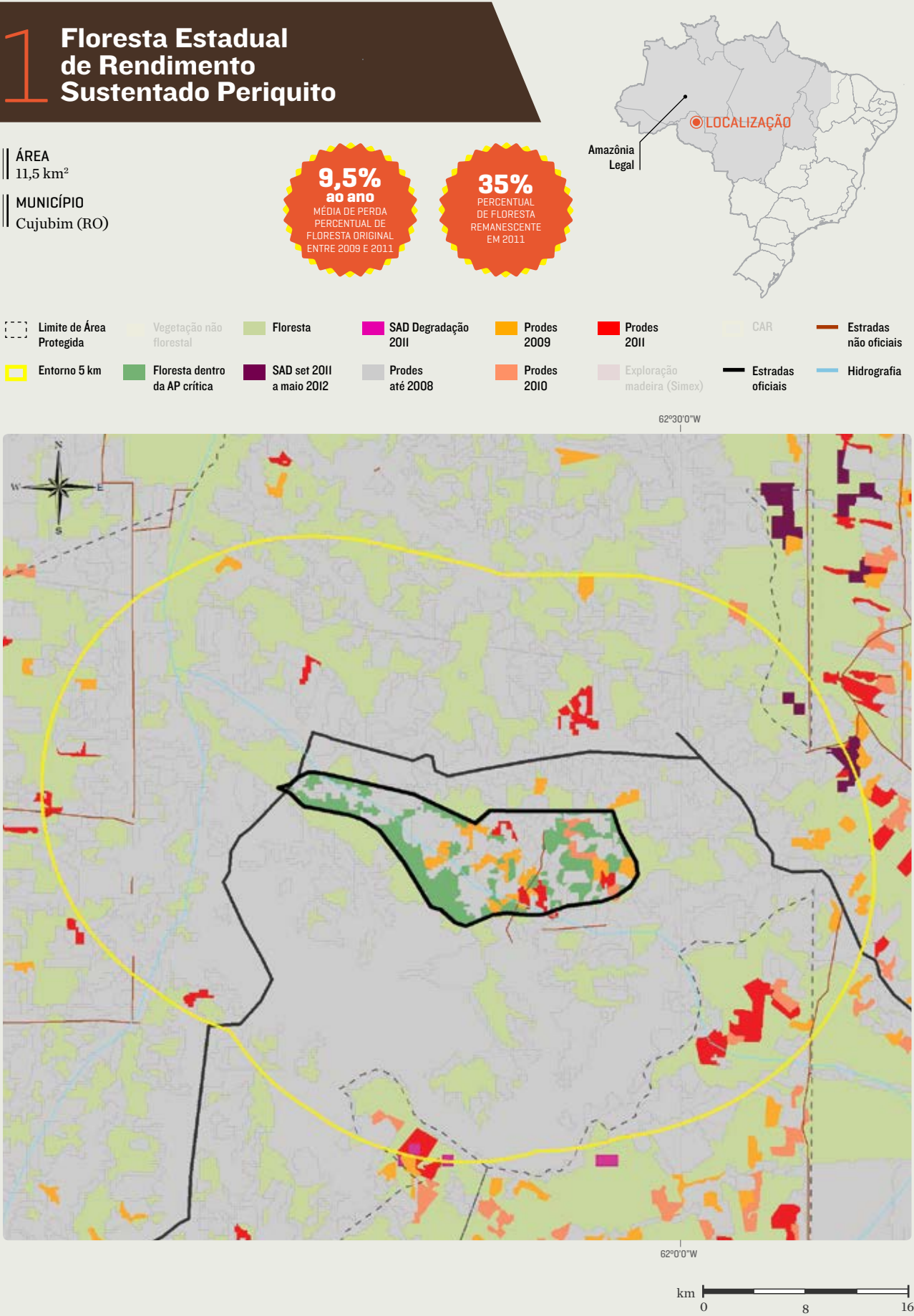
RECOMENDAÇÕES

i elaborar o plano de manejo e formar o conselho gestor da UC; **ii** lotar funcionários e garantir orçamento mínimo para a gestão da UC; e **iii** prover assistência técnica para a adoção de práticas econômicas sustentáveis, como o manejo madeireiro de impacto reduzido.

⁽⁸⁾ Décima posição do ranking 1.

Anexo 2

Áreas Protegidas do ranking de maior média de
perda percentual de floresta original entre 2009 e 2011



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	22,9 km	0,3 km
	Não oficiais	14,5 km	1,8 km
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	123,4 km²	7,5 km²
Degradação florestal (2011)		0,1 km²	Não
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Gestão		
Instrumentos de gestão	Plano de manejo	Não
	Conselho gestor	Não
Funcionários	Número de funcionários	0
	Número de funcionários suficiente para gestão efetiva da UC?	Não temos informação
Recursos financeiros	Recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC?	Não temos informação
	Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC?	Não temos informação
Regularização fundiária		Não

Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	0,16 km²	0,03 km²
Multas (2009 a 2011)	Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A UC sofre forte pressão de invasores que utilizam a área para fazer agricultura e retirar madeira ilegalmente. A Sedam/RO afirma que a área da UC está descaracterizada por conta do número de invasões e falta de gestão.

- RECOMENDAÇÕES
- i retirar ocupantes irregulares da UC;
 - ii fiscalizar a área para combater invasões e extração ilegal de madeira;
 - iii elaborar o plano de manejo e formar o conselho gestor;
 - iv conceder o direito real de uso aos moradores e usuários tradicionais da área;
 - v restaurar a cobertura florestal da área desmatada.



2

Floresta Estadual de Rendimento Sustentado Araras

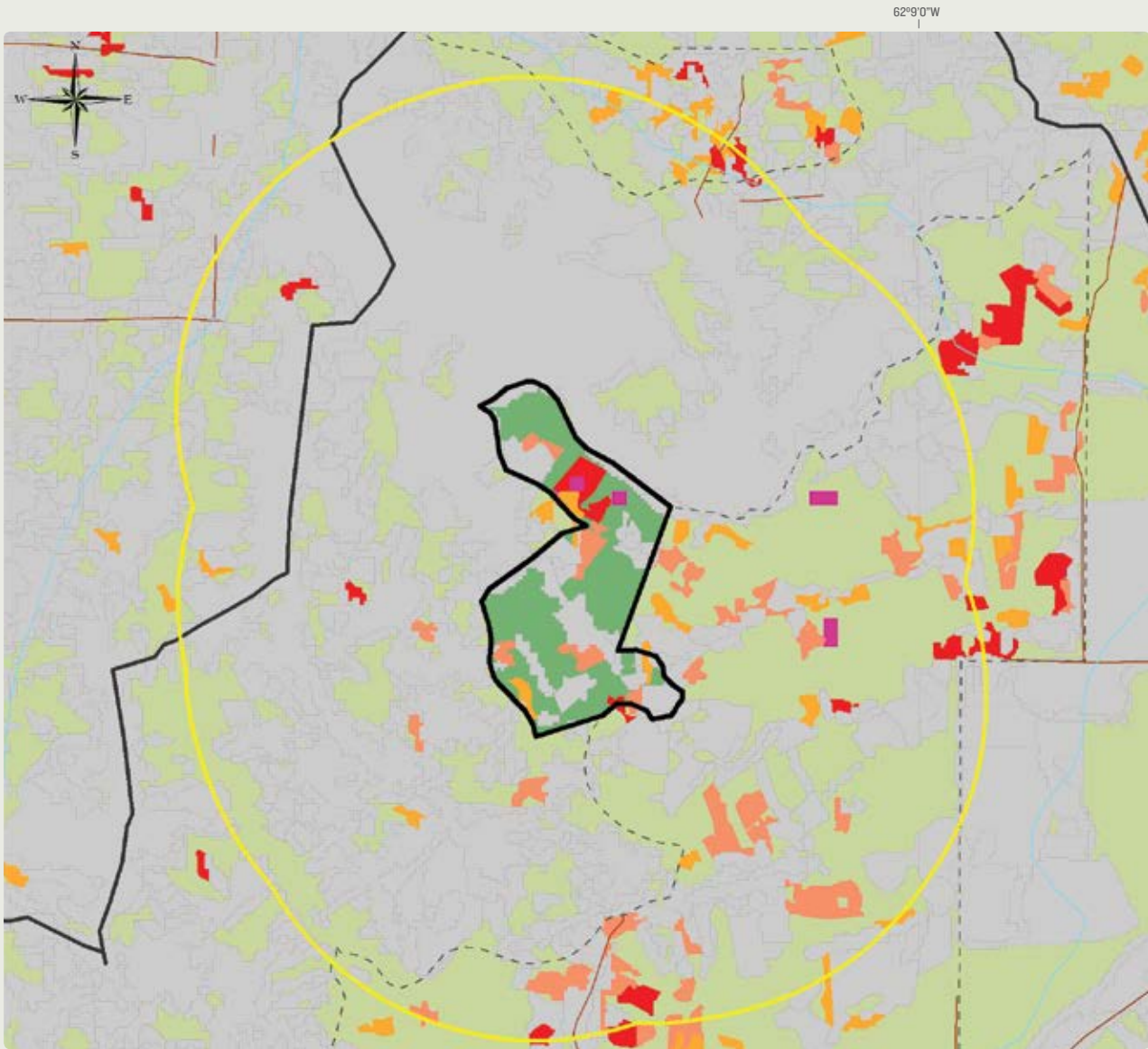
ÁREA
10,6 km²

MUNICÍPIO
Cujubim (RO)

7,3%
ao ano
MÉDIA DE PERDA
PERCENTUAL DE
FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2011



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



km 0 8 16



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	10,1 km	Não
	Não oficiais	5,8 km	Não
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	110,3 km²	5,1 km²
Degradação florestal (2011)		0,2 km²	0,2 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Gestão		
Instrumentos de gestão	Plano de manejo	Não
	Conselho gestor	Não
Funcionários	Número de funcionários	0
	Número de funcionários suficiente para gestão efetiva da UC?	Não temos informação
Recursos financeiros	Recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC?	Não
	Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC?	Não
	Regularização fundiária	Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	0,13 km²	Não
Multas (2009 a 2011)	Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A UC sofre forte pressão de invasores que utilizam a área para fazer agricultura e retirar madeira ilegalmente. A Sedam/RO afirma que a área da UC está descaracterizada por conta do número de invasões e falta de gestão.

RECOMENDAÇÕES

- i

retirar ocupantes irregulares da UC;
- ii

fiscalizar a área para combater invasões e extração ilegal de madeira;
- iii

elaborar o plano de manejo e formar o conselho gestor.



3 Floresta Estadual de Rendimento Sustentado Mutum

ÁREA
107,6 km²

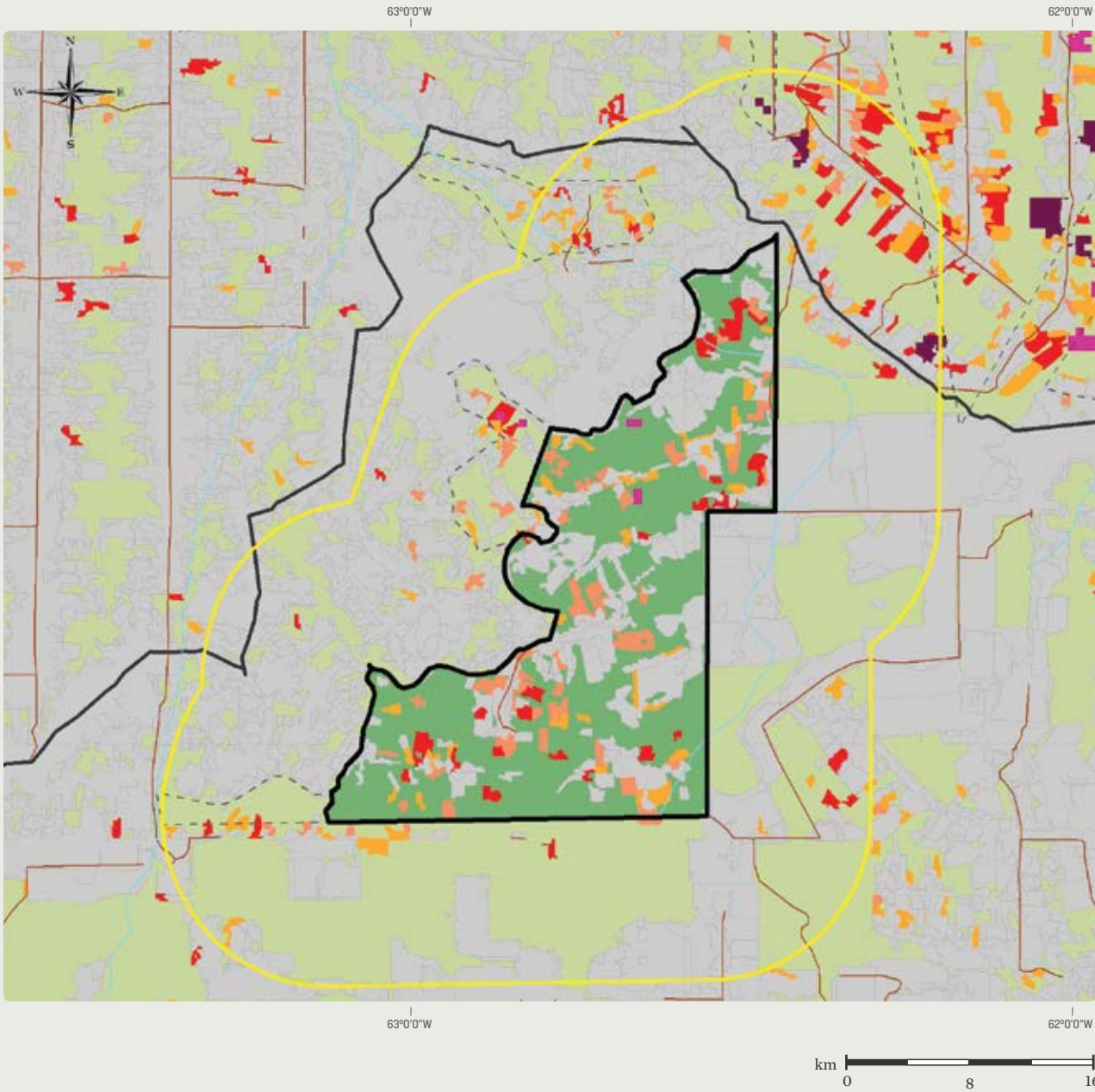
MUNICÍPIO
Cujubim (RO)

6,4%
ao ano
MÉDIA DE PERDA
PERCENTUAL DE
FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2011



Limite de Área Protegida Vegetação não florestal Floresta SAD Degradação 2011 Prodes 2009 Prodes 2011 CAR Estradas não oficiais

Entorno 5 km Floresta dentro da AP crítica SAD set 2011 a maio 2012 Prodes até 2008 Prodes 2010 Exploração madeira (Simex) Estradas oficiais Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	21,3 km	Não
	Não oficiais	50,3 km	11,9 km
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	209,7 km²	45,3 km²
Degradação florestal (2011)		0,1 km²	0,2 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Gestão		
Instrumentos de gestão	Plano de manejo	Não
	Conselho gestor	Não
Funcionários	Número de funcionários	0
	Número de funcionários suficiente para gestão efetiva da UC?	Não
Recursos financeiros	Recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC?	Não
	Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC?	Não
	Regularização fundiária	Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	0,11 km²	Não
Multas (2009 a 2011)	Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A UC sofre forte pressão de invasores que utilizam a área para praticar agricultura e retirar madeira ilegalmente.

RECOMENDAÇÕES

- i retirar ocupantes irregulares da UC; ii fiscalizar a área para combater invasões e extração ilegal de madeira; iii elaborar o plano de manejo e formar o conselho gestor; e iv lotar funcionários e garantir orçamento mínimo para a gestão da UC.

4 Terra Indígena Awá

VER O NÚMERO 3 DO RANKING DE MAIOR MÉDIA DE PERDA DE FLORESTA ORIGINAL ENTRE 2009 E 2011 (PAG. 42 E 43)

5 Terra Indígena Marãiwatsede

VER O NÚMERO 8 DO RANKING DE MAIOR MÉDIA DE PERDA DE FLORESTA ORIGINAL ENTRE 2009 E 2011 (PAG. 52 E 53)

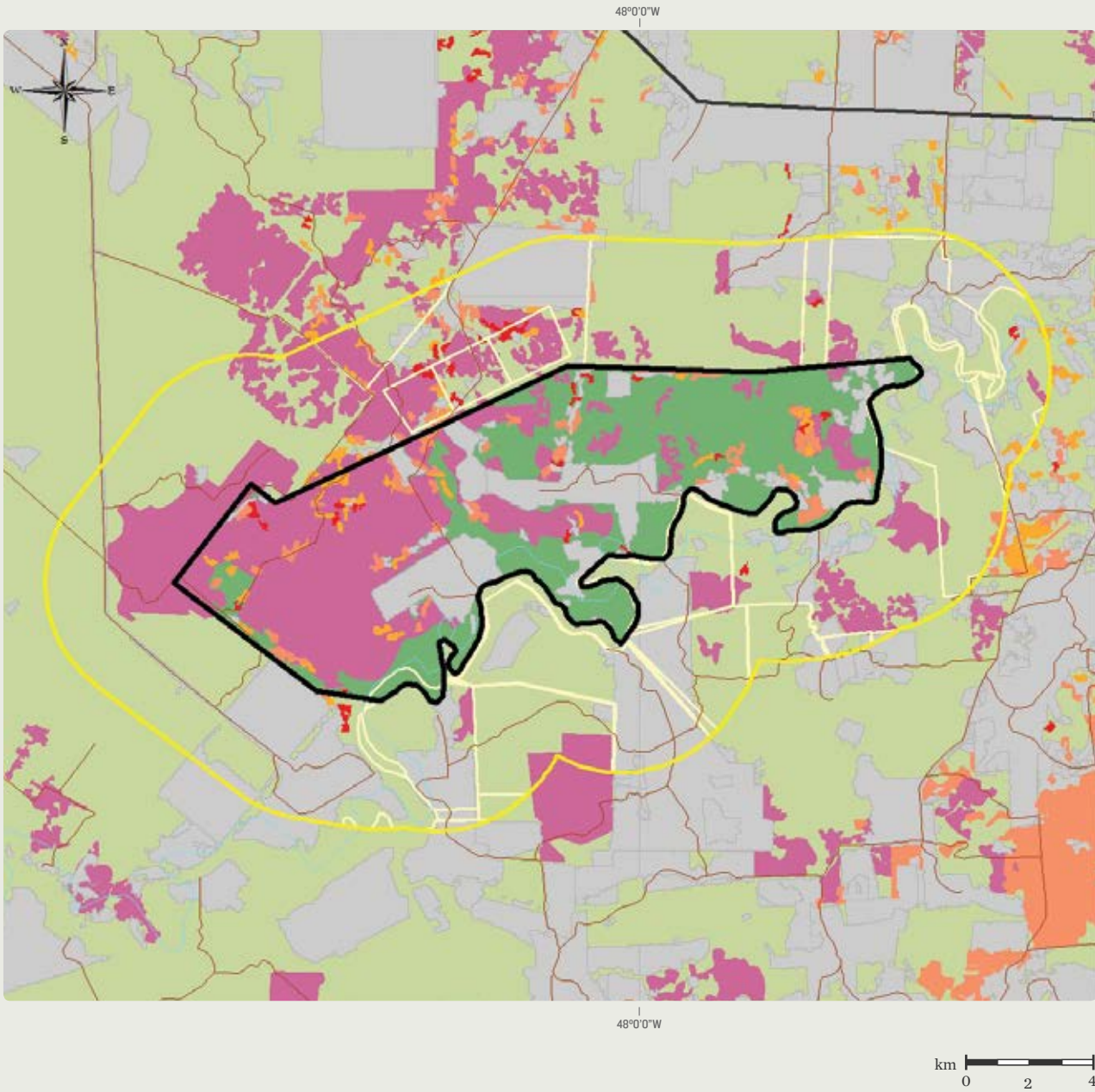
6 Terra Indígena Sarauá

ÁREA
190,4 km²

MUNICÍPIO
Ipixuna do Pará (PA)

POVO: Amanayé HOMOLOGAÇÃO: 2011

2,6%
ao ano
MÉDIA DE PERDA
PERCENTUAL DE
FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2011



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não	Não
	Não oficiais	124,2 km	36,4 km
Rios navegáveis		Sim	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	478,2 km²	385,2 km²
Exploração madeireira ilegal (2007 a 2010)		53,9 km²	8,6 km²
Imóveis no CAR		Não	1 (3,4 km²)
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Regularização fundiária		Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	Não	
Multas (2009 a 2011)	Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Os desmatamentos na TI são causados por exploração ilegal de madeira e por fazendeiros que praticam pecuária e agricultura extensiva em seu entorno.⁽⁹⁾ Inclusive, existe uma fazenda no interior da TI registrada no CAR.

RECOMENDAÇÕES

- i realizar a desintrusão da TI; ii aumentar as ações de fiscalização na área; e iii garantir a participação dos povos indígenas na gestão e planejamento de ações da TI.

⁽⁹⁾ Despacho da Funai nº 76/2002, publicado no Diário Oficial da União de 07/06/2002. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=64&data=07/06/2002>.



Floresta Estadual de Rendimento Sustentado Tucano

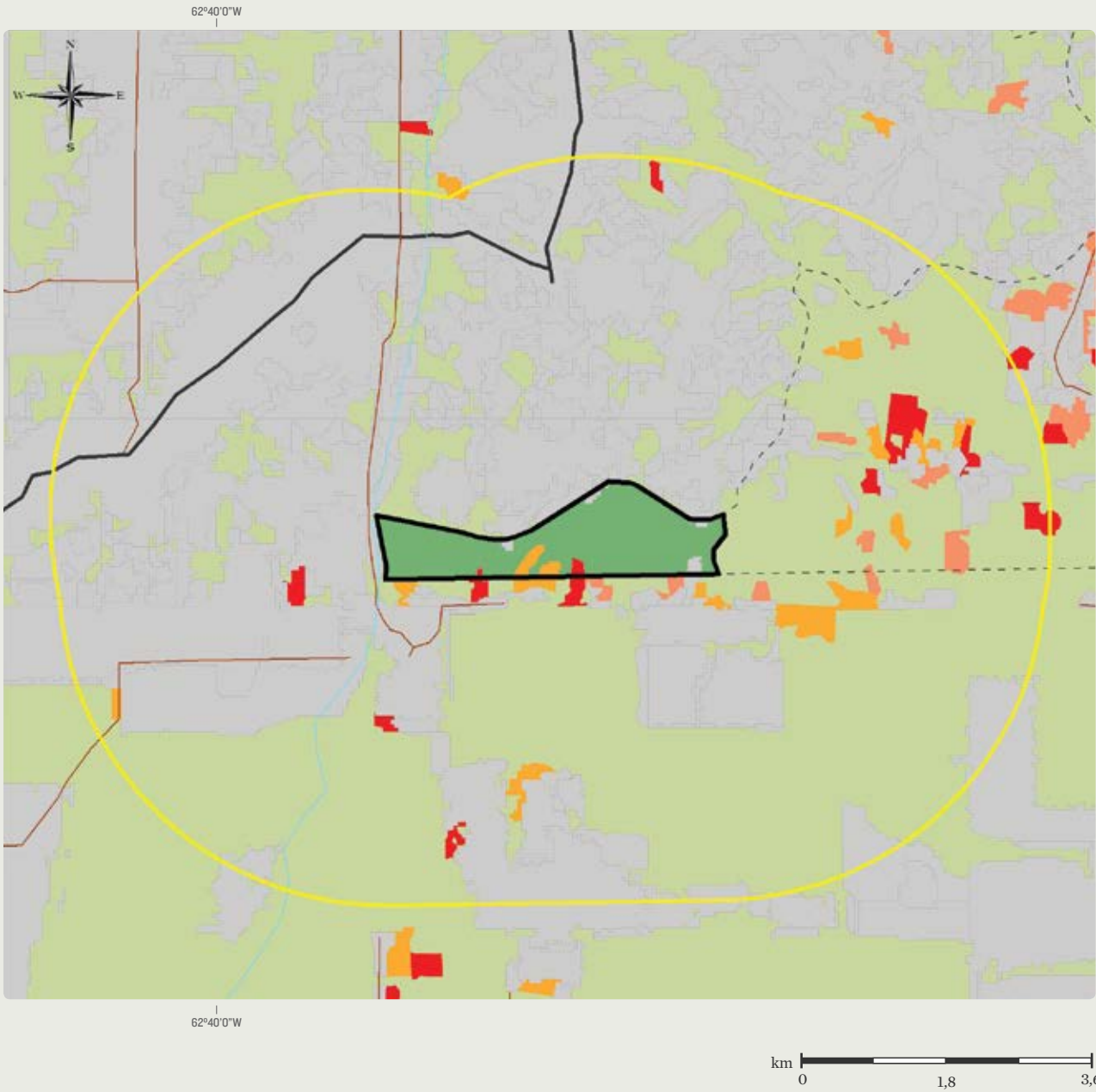
ÁREA
4,8 km²

MUNICÍPIO
Cujubim (RO)

1,7 %
ao ano
MÉDIA DE PERDA
PERCENTUAL DE
FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2011



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	10,6 km	Não
	Não oficiais	16,6 km	Não
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	76,6 km²	1,4 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Gestão		
Instrumentos de gestão	Plano de manejo	Não
	Conselho gestor	Não
Funcionários	Número de funcionários	0
	Número de funcionários suficiente para gestão efetiva da UC?	Não
Recursos financeiros	Recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC?	Não
	Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC?	Não
	Regularização fundiária	Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	Não	
Multas (2009 a 2011)	Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A UC sofre forte pressão de invasores que utilizam a área para fazer agricultura e retirar madeira ilegalmente.

RECOMENDAÇÕES

- i retirar ocupantes irregulares da UC;
- ii fiscalizar a área para combater invasões e extração ilegal de madeira;
- iii elaborar o plano de manejo e formar o conselho gestor; e
- iv lotar funcionários e garantir orçamento mínimo para a gestão da UC.

8

Área de Relevante Interesse Ecológico
Seringal Nova Esperança

ÁREA

25,7 km²

MUNICÍPIO

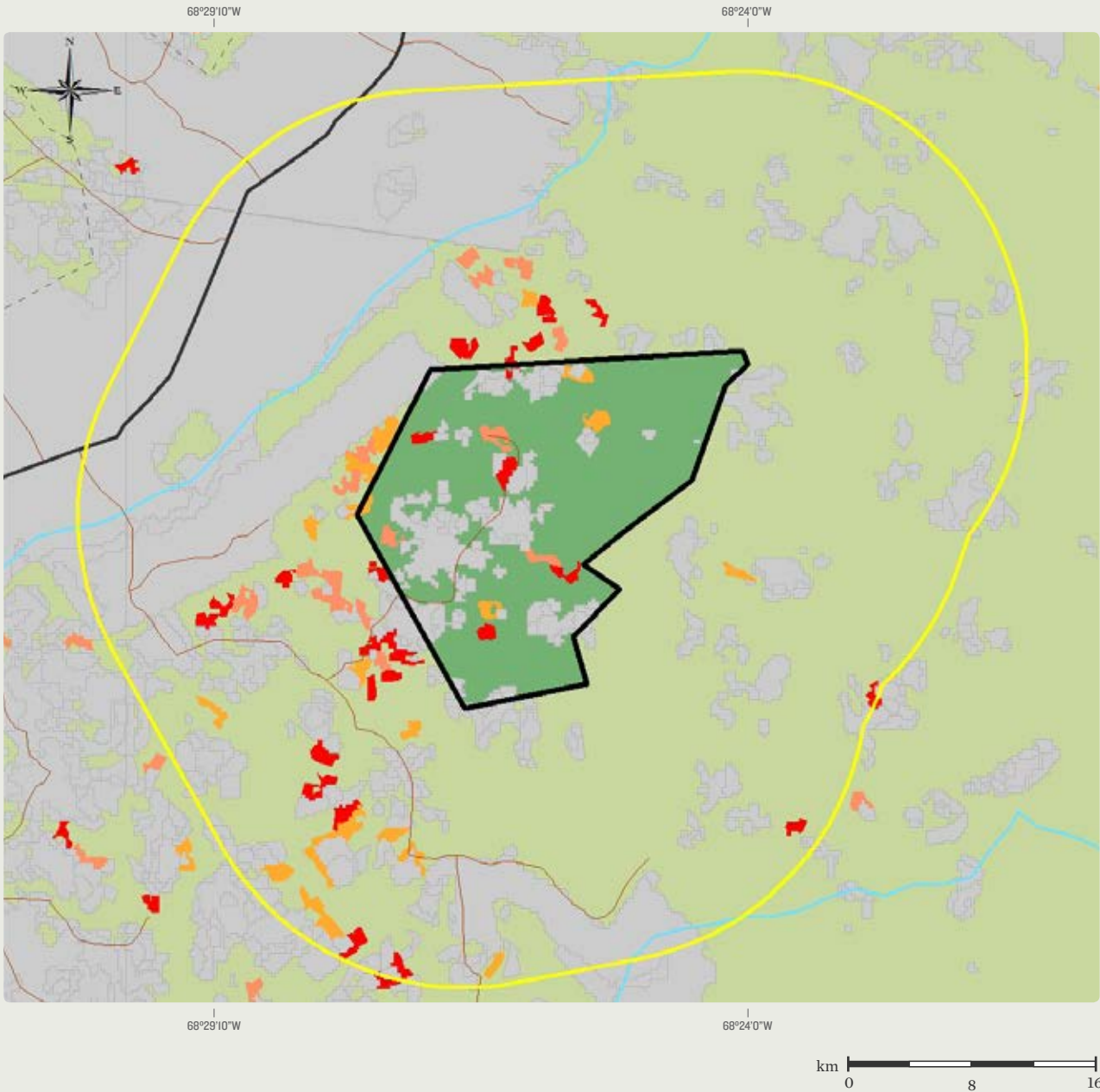
Epitaciolândia (AC)

1,6%

ao ano

MÉDIA DE PERDA
PERCENTUAL DE
FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2011

- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	7,5 km	Não
	Não oficiais	8,4 km	4,8 km
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	73,1 km²	6,2 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Gestão		
Instrumentos de gestão	Plano de manejo	Não
	Conselho gestor	Não
Funcionários	Número de funcionários	0
	Número de funcionários suficiente para gestão efetiva da UC?	Não
Recursos financeiros	Recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC?	Não
	Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC?	Não
Regularização fundiária		Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	0,06 km²	Não
Multas (2009 a 2011)	Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A UC está próxima à BR 317 e aos centros urbanos de Xapuri, Brasiléia e Epitaciolândia, o que amplia a pressão sobre a área e o consequente cometimento de ilícitos ambientais. A UC ainda sofre forte pressão da ocupação humana. Cerca de 80 famílias moram na área e praticam caça sem restrições, usam o fogo no preparo do solo para a agricultura e praticam a pecuária incentivadas pelo aumento do potencial econômico da criação de gado na região. Os residentes da UC também realizam a extração ilegal de madeira para subsistência e venda.

RECOMENDAÇÕES

- i
- retirar ocupantes irregulares da UC;
- ii
- fiscalizar a área para combater invasões e ocupação de terras por não tradicionais;
- iii
- elaborar o plano de manejo e formar o conselho gestor;
- iv
- alocar funcionários e recursos financeiros compatíveis com as necessidades da UC;
- v
- regularizar o uso dos moradores e usuários tradicionais da Arie.

9 Floresta Estadual de Rendimento Sustentado Rio Vermelho C

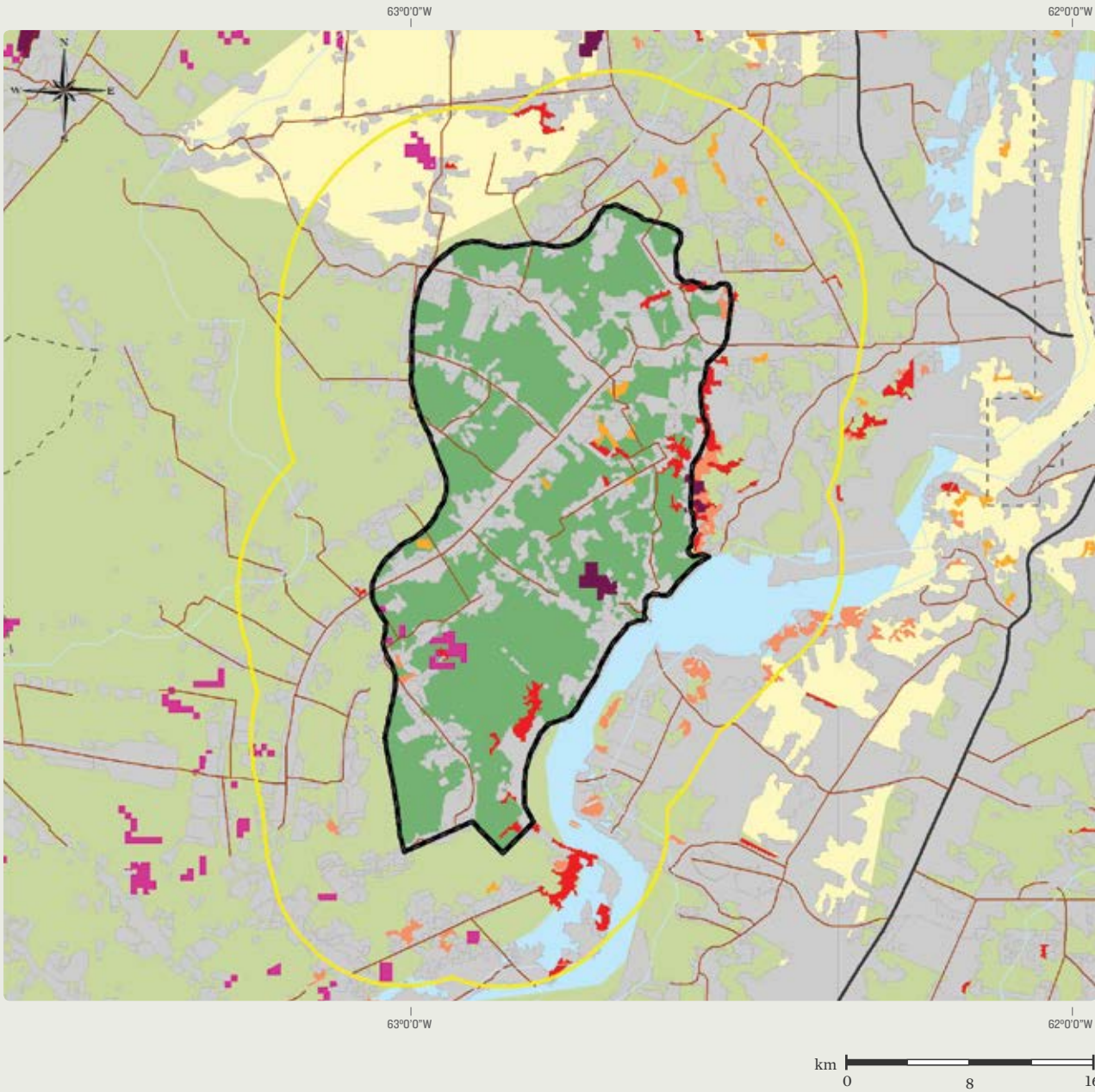
ÁREA
198,7 km²

MUNICÍPIO
Porto Velho (RO)

1,2%
ao ano
MÉDIA DE PERDA
PERCENTUAL DE
FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2011



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não	Não
	Não oficiais	145 km	89 km
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	161,4 km²	77,6 km²
	Taxa recente (setembro de 2011 a maio de 2012)	Não	1 km²
Degradação florestal (2011)		1,7 km²	1,3 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Gestão		
Instrumentos de gestão	Plano de manejo	Não
	Conselho gestor	Não
Funcionários	Número de funcionários	5 compartilhados com outras UCs
	Número de funcionários suficiente para gestão efetiva da UC?	Não temos informação
Recursos financeiros	Recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC?	Não temos informação
	Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC?	Não temos informação
Regularização fundiária		Não
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	0,03 km²	0,03 km²
Multas (2009 a 2011)	Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A UC sofre forte pressão de extratores ilegais de madeira e inúmeros agricultores que alegam posse da área. Até agosto de 2012 a Sedam/RO realizará o levantamento dos moradores e seus documentos para posterior desocupação e indenização ou concessão do direito real de uso aos moradores e usuários tradicionais da área.

RECOMENDAÇÕES

- i retirar ocupantes irregulares da UC;
- ii fiscalizar a área para combater invasões e ocupação de terras por não tradicionais;
- iii elaborar o plano de manejo e formar o conselho gestor;
- iv alocar funcionários e recursos financeiros compatíveis com as necessidades da UC;
- v conceder o direito real de uso aos moradores e usuários tradicionais da área.

10 Terra Indígena Alto Rio Guamá

VER O NÚMERO 4 DO RANKING DE MAIOR MÉDIA DE PERDA DE
FLORESTA ORIGINAL ENTRE 2009 E 2011. (PAG. 44 E 45)

Anexo 3

Áreas Protegidas do ranking de menor
percentual de floresta remanescente

1 Terra Indígena Recreio/São Félix

ÁREA
2,4 km²

MUNICÍPIO
Autazes (AM)

POVO: Mura

HOMOLOGAÇÃO: 1991

7%

PERCENTUAL DE FLORESTA REMANESCENTE EM 2011



Limite de Área Protegida

Vegetação não florestal

Floresta

SAD Degradação 2011

Prodes 2009

Prodes 2011

CAR

Estradas não oficiais

Entorno 5 km

Floresta dentro da AP crítica

SAD set 2011 a maio 2012

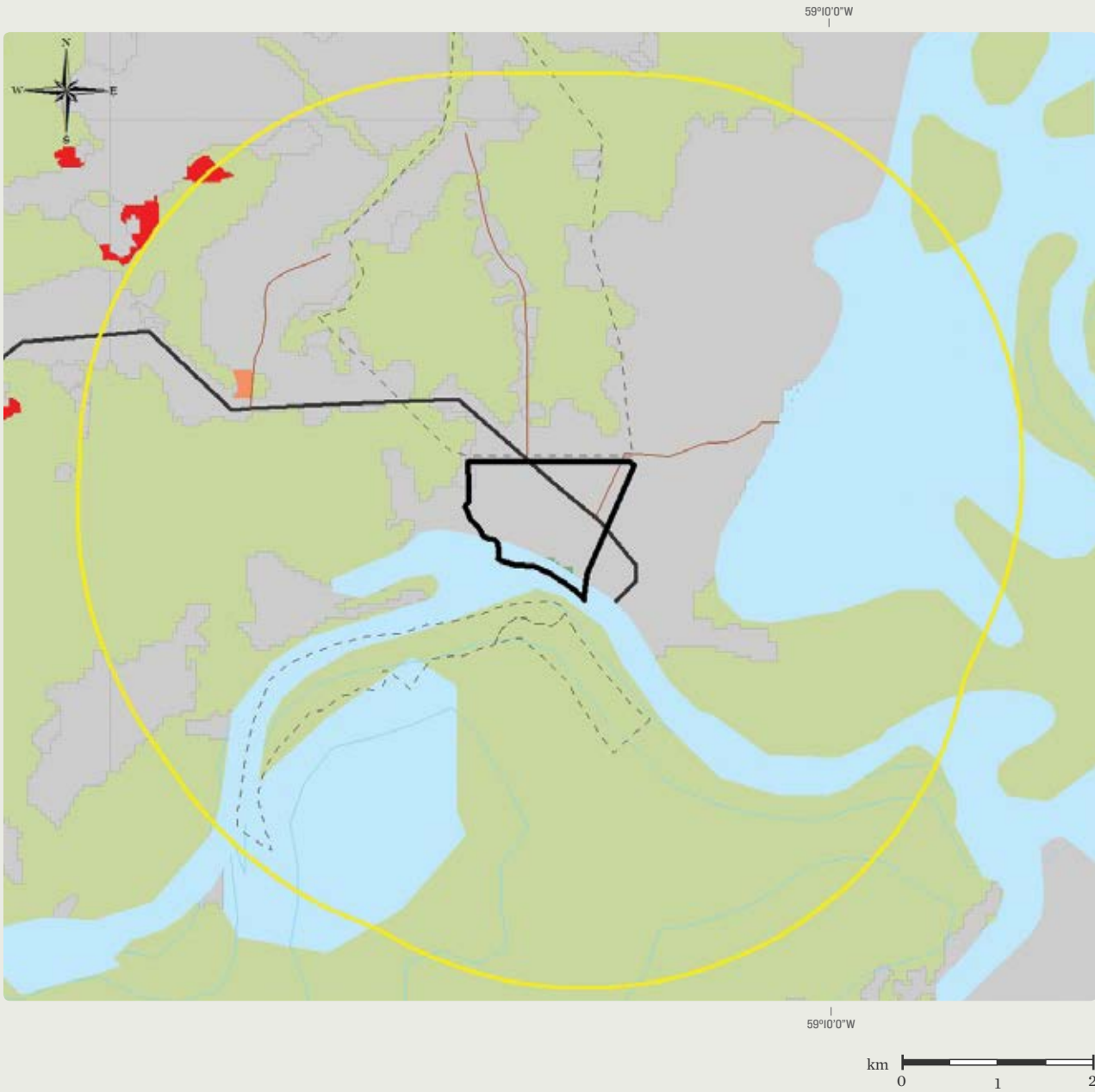
Prodes até 2008

Prodes 2010

Exploração madeira (Simex)

Estradas oficiais

Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	7,8 km	1,3 km
	Não oficiais	9,1 km	0,8 km
Rios navegáveis		Sim	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	32,4 km²	2,2 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE			
Regularização fundiária			Não temos informação
Proteção legal			
Comando e controle		Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)		Não	
Multas (2009 a 2011)		Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A existência de fazendas ao seu redor provocou esse cenário de desmatamento, pois teriam avançado sobre território indígena em razão da demora no processo de reconhecimento da TI. Não há sinais de desmatamento na TI após o ano 2000. A atividade que predomina é a agricultura e, em 2012, alguns produtores começaram a implantar SAFs (Sistemas Agroflorestais). A implantação e manejo de SAFs na TI têm apoio financeiro do Banco da Amazônia (Pronaf), assistência técnica da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e apoio da Funai (Fundação Nacional do Índio), SEIND (Secretaria de Estado Para os Povos Indígenas), Sepror (Secretaria de Estado de Produção Rural), SDS (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Autazes.⁽¹⁰⁾

RECOMENDAÇÕES

- i restaurar a cobertura florestal da TI através de SAFs;
- ii capacitar produtores indígenas em cooperativismo e em técnicas de comercialização; e
- iii garantir a participação indígena na gestão e planejamento de ações da TI.

⁽¹⁰⁾ Informações fornecidas por Edivaldo Oliveira Munduruku, técnico indígena da Funai – Coordenação Regional de Manaus, a Elis Araújo, em conversa telefônica em 06/08/2012.

2 Terra Indígena Tikuna de Santo Antônio

ÁREA
10,6 km²

MUNICÍPIO
Benjamin Constant (AM)

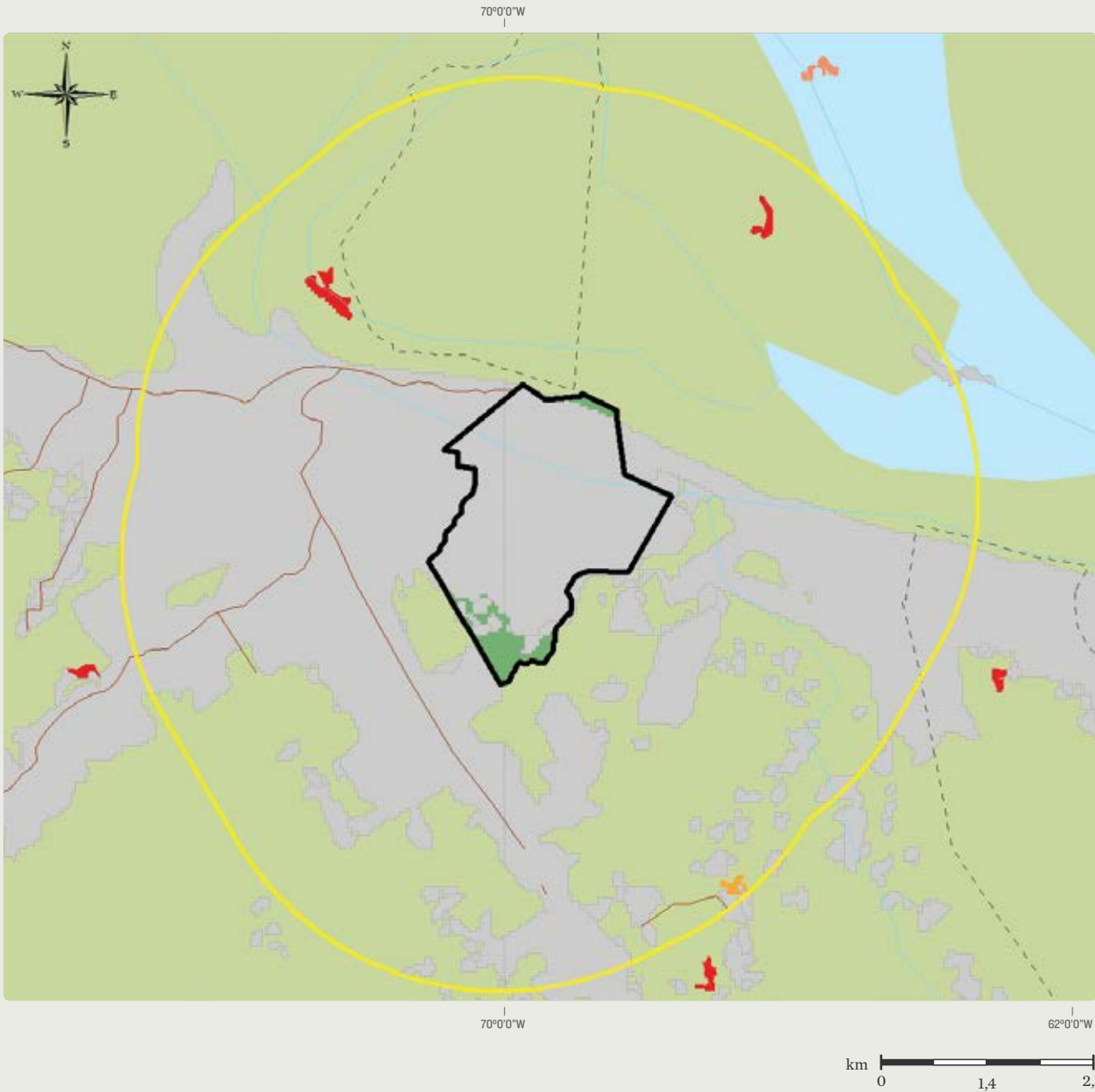
POVO: Ticuna

HOMOLOGAÇÃO: 1991

9%
PERCENTUAL
DE FLORESTA
REMANESCENTE
EM 2011



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não	Não
	Não oficiais	23,1 km	0,04 km
Rios navegáveis		Sim	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	56 km²	9,6 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE			
Regularização fundiária			Não temos informação
Proteção legal			
Comando e controle		Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)		Não	
Multas (2009 a 2011)		Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Os desmatamentos teriam ocorrido na TI devido à exploração ilegal de madeira por não índios e às fazendas de pecuária no entorno da TI. O aumento da população indígena também pode ter contribuído para a perda de cobertura florestal. A atividade predominante na TI é a agricultura. Há um projeto de reflorestamento na TI para recuperação de áreas degradadas e matas ciliares de rios, lagos e igarapés sob análise da Funai - Brasília.⁽¹⁾

RECOMENDAÇÕES

- i recuperar a cobertura florestal da TI através de SAFs, preferencialmente com frutíferas para promover a segurança alimentar indígena; e
- ii garantir a participação indígena na gestão e planejamento de ações da TI.

⁽¹⁾ Informações fornecidas por Leopoldo Dias, Chefe da Divisão Técnica da Funai – Coordenação Regional de Alto Solimões, a Elis Araújo, por email em 04/09/2012.

3 Terra Indígena Apipica

ÁREA
6,9 km²

MUNICÍPIO
Careiro da Várzea, região metropolitana de Manaus (AM)

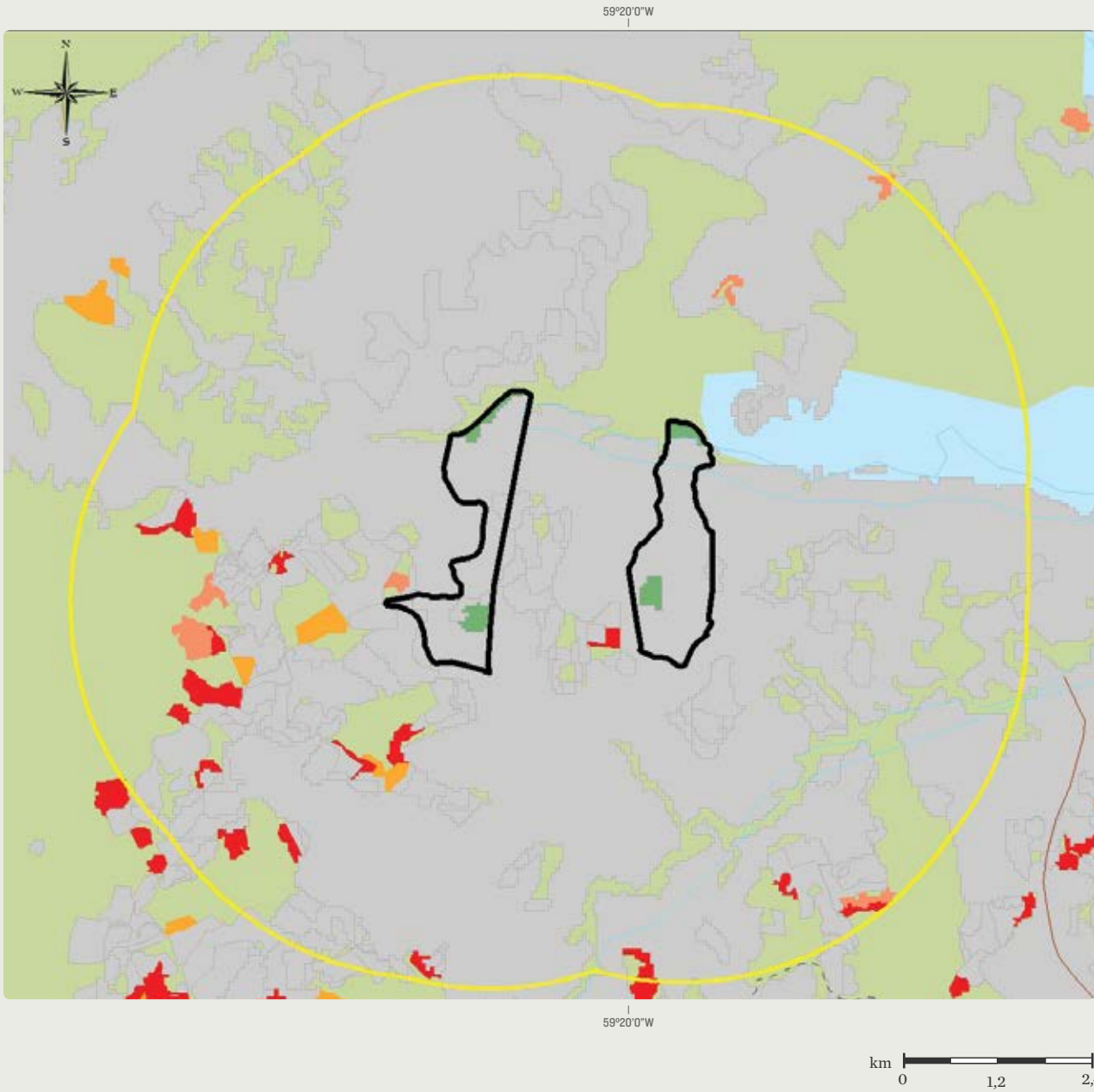
POVO: Mura

HOMOLOGAÇÃO: 2003

10%
PERCENTUAL
DE FLORESTA
REMANESCENTE
EM 2011



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não	Não
	Não oficiais	Não	Não
Rios navegáveis		Sim	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	120 km²	6,2 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Regularização fundiária		Não temos informação
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	Não	
Multas (2009 a 2011)	Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Cerca de 100% do desmatamento da TI ocorreu até o ano 2000. Tal desmatamento foi principalmente causado por fazendas ao seu redor, que teriam avançado sobre o território indígena devido à demora no processo de reconhecimento da TI. A TI está localizada em uma área de várzea, porém, na época de seca, a população indígena dedica-se ao plantio de grãos.⁽¹²⁾

RECOMENDAÇÕES

- i restaurar a cobertura florestal com espécies nativas de várzea, preferencialmente com frutíferas para promover a segurança alimentar indígena; e
- ii garantir a participação indígena na gestão e planejamento de ações da TI.

⁽¹²⁾ Informações fornecidas por Edivaldo Oliveira Munduruku, técnico indígena da Funai – Coordenação Regional de Manaus, a Elis Araújo, em conversa telefônica em 06/08/2012.

4 Terra Indígena Kaxinawa da Colônia Vinte e Sete

ÁREA
1,1 km²

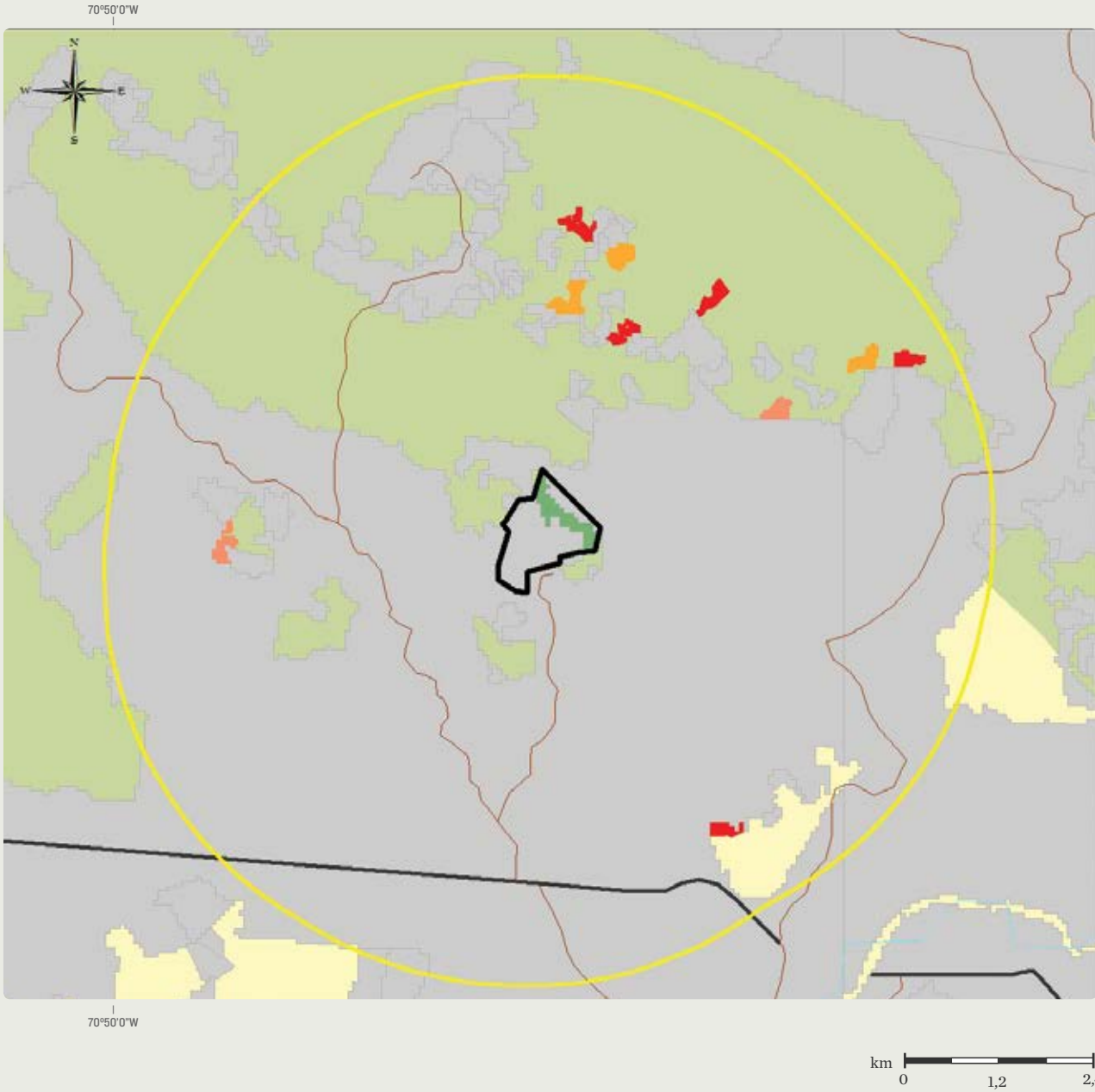
MUNICÍPIO
Tarauacá (AC)

POVO: Kaxinawá HOMOLOGAÇÃO: 1984

21%
PERCENTUAL
DE FLORESTA
REMANESCENTE
EM 2011



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	7,0 km	Não
	Não oficiais	28,3 km	Não
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	69,8 km²	0,01 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE			
Regularização fundiária			Não temos informação
Proteção legal			
Comando e controle		Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)		Não	
Multas (2009 a 2011)		Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A TI foi criada a partir de um assentamento indígena delimitado pelo Incra em conjunto com a Prefeitura de Tarauacá em meados da década de 1970 para famílias Kaxinawá provenientes de alguns seringais do alto rio Tarauacá. Os desmatamentos na TI ocorreram antes da chegada dos Kaxinawá para a formação de pastagens. A TI possui um Plano de Gestão Territorial, elaborado pela Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente) entre os anos 2006 e 2010 e conta com várias iniciativas para a recuperação de áreas degradadas através de SAFs (Sistemas Agroflorestais). Em 2002 foram adquiridas duas outras áreas pelo governo do estado para uso e posse dos índios. Essas duas áreas contínuas totalizavam 200 hectares e foram anexadas à antiga área demarcada como medidas compensatórias pelos impactos ambientais decorrentes do asfaltamento da BR 364. Contudo, essas áreas ainda estão em fase de regularização fundiária e a revisão dos limites da TI ainda não ocorreu. ⁽¹³⁾

RECOMENDAÇÕES

- i Restaurar a cobertura florestal da TI através de SAFs, como já vem ocorrendo, preferencialmente com frutíferas para promover a segurança alimentar indígena; e
- ii redefinir os limites da TI para incluir as áreas destinadas pelo governo do Estado do Acre aos Kaxinawá.

⁽¹³⁾ Informações fornecidas por Roberto Tavares, Divisão de Etnozoonamento, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre; e Juan Scalia, Coordenador Regional Substituto da Coordenação Regional de Rio Branco – Funai, a Elis Araújo, por email em 10/08/2012.

5 Terra Indígena Méria

ÁREA
5,8 km²

MUNICÍPIO
Alvarães (AM)

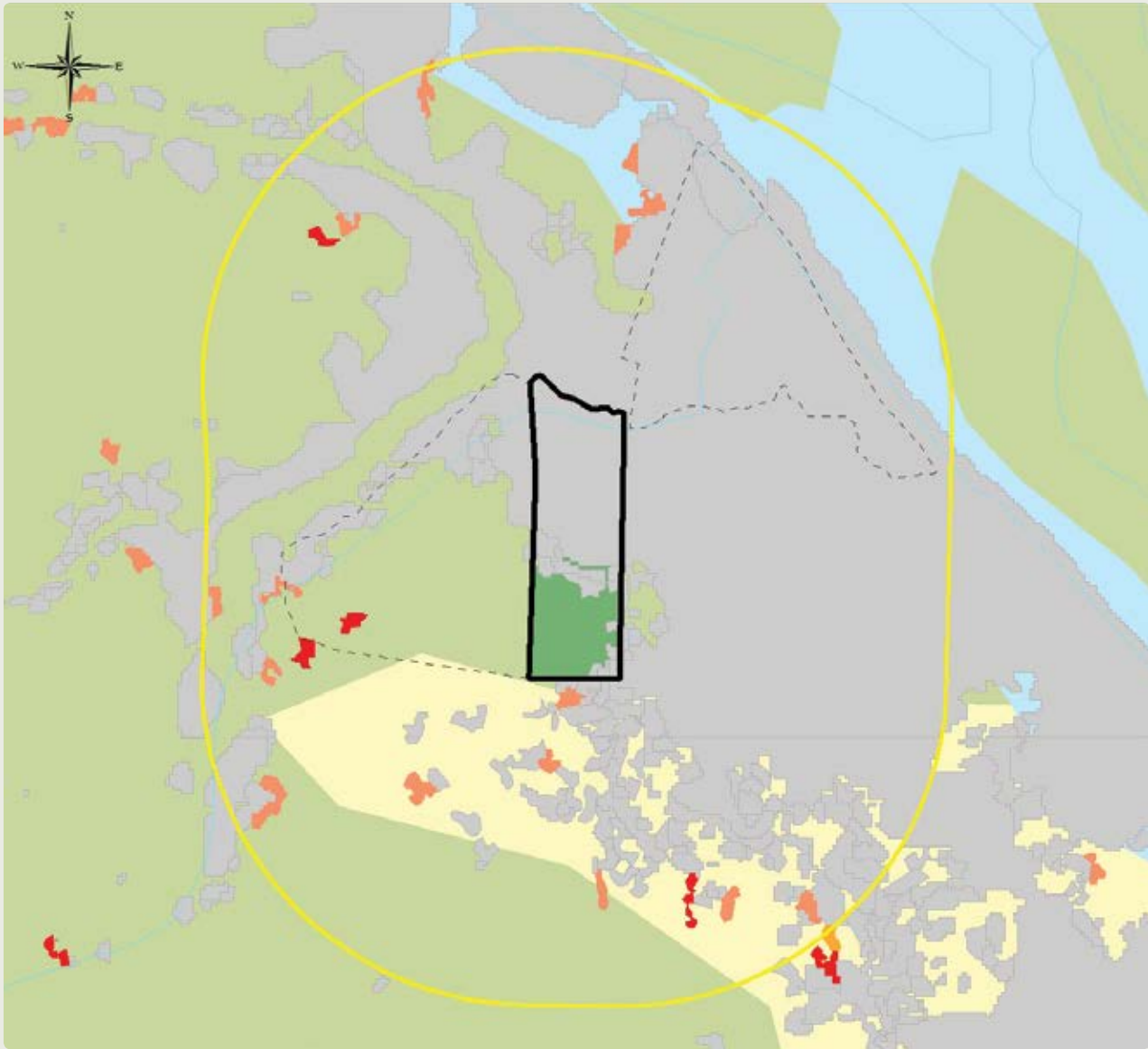
POVO: Karapanã, Miranha, Mura e Witoto

HOMOLOGAÇÃO: 1993

31%
PERCENTUAL
DE FLORESTA
REMANESCENTE
EM 2011



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



km 0 1,4 2,8

ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não identificado	
	Não oficiais	Não identificado	
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	71,7 km²	4 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE			
Regularização fundiária			Não temos informação
Proteção legal			
Comando e controle		Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)		Não	
Multas (2009 a 2011)		Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Os desmatamentos na TI teriam ocorrido para estabelecimento de roças pelos próprios índios. ⁽¹⁴⁾

RECOMENDAÇÕES

- i

Restaurar a cobertura florestal através de SAFs (Sistemas Agroflorestais), preferencialmente com frutíferas para promover a segurança alimentar indígena; e
- ii

garantir a participação indígena na gestão e planejamento de ações da TI.

⁰⁴⁾ Informações fornecidas por Leopoldo Dias, Chefe da Divisão Técnica da Funai – Coordenação Regional de Alto Solimões, a Elis Araújo, por email em 04/09/2012.

6 Floresta Estadual de Rendimento Sustentado Periquito

VER O NÚMERO 1 DO RANKING DE MAIOR MÉDIA
DE PERDA PERCENTUAL DE FLORESTA ORIGINAL
ENTRE 2009 E 2011. (PAG. 60 E 61)

7 Terra Indígena Marãiwatsede

VER O NÚMERO 8 DO RANKING DE MAIOR MÉDIA DE PERDA DE
FLORESTA ORIGINAL ENTRE 2009 E 2011 (PAG. 52 E 53)

Terra Indígena Miguel/Josefa

ÁREA
16,7 km²

MUNICÍPIO
Autazes (AM)

POVO: Mura

HOMOLOGAÇÃO: 1984

43%
PERCENTUAL
DE FLORESTA
REMANESCENTE
EM 2011



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não	Não
	Não oficiais	9,0 km	4,2 km
Rios navegáveis		Sim	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	32,9 km²	8,4 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE		
Regularização fundiária		Não temos informação
Proteção legal		
Comando e controle	Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)	Não	
Multas (2009 a 2011)	Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

O desmatamento na TI foi especialmente causado pelo avanço das fazendas localizadas no seu entorno e pelo demorado processo de demarcação. A atividade que predomina na TI é a agricultura e, em 2012, alguns produtores começaram a plantar SAFs (Sistemas Agroflorestais). A implantação e manejo de SAFs na TI têm apoio financeiro do Banco da Amazônia (Pronaf), assistência técnica da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e apoio da Funai (Fundação Nacional do Índio), SEIND (Secretaria de Estado Para os Povos Indígenas), Sepror (Secretaria de Estado de Produção Rural), SDS (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Autazes. ⁽¹⁵⁾

RECOMENDAÇÕES

- i restaurar a cobertura florestal da TI através de SAFs;
- ii capacitar produtores indígenas em cooperativismo e em técnicas de comercialização;
- iii garantir a participação indígena na gestão e planejamento de ações da TI.

⁽¹⁵⁾ Informações fornecidas por Edivaldo Oliveira Munduruku, técnico indígena da Funai – Coordenação Regional de Manaus, a Elis Araújo, em conversa telefônica em 06/08/2012.

9 Terra Indígena Murutinga⁽¹⁶⁾

ÁREA
11,5 km²

MUNICÍPIO
Autazes (AM)

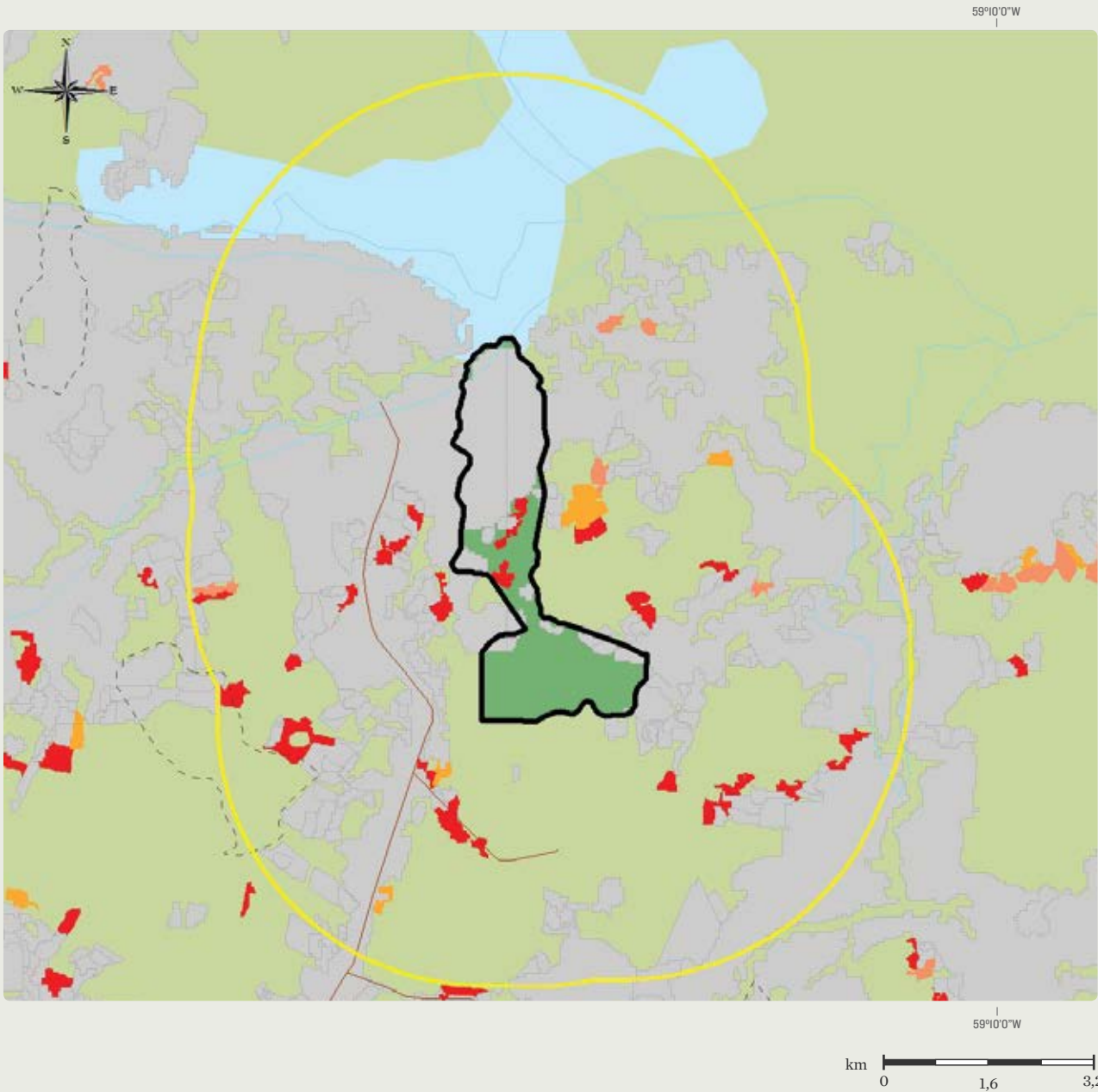
POVO: Mura

HOMOLOGAÇÃO: 2012

50%
PERCENTUAL
DE FLORESTA
REMANESCENTE
EM 2011



- Limite de Área Protegida
- Vegetação não florestal
- Floresta
- SAD Degradação 2011
- Prodes 2009
- Prodes 2011
- CAR
- Estradas não oficiais
- Entorno 5 km
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes até 2008
- Prodes 2010
- Exploração madeira (Simex)
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	Não	Não
	Não oficiais	14,7 km	Não
Rios navegáveis		Não	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	81,8 km²	5,8 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE			
Regularização fundiária			Não temos informação
Proteção legal			
Comando e controle		Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)		0,03 km²	Não
Multas (2009 a 2011)		Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

O desmatamento na TI foi especialmente causado pelo avanço das fazendas localizadas no seu entorno e demora durante a demarcação. A atividade que predomina na TI é a agricultura e, em 2012, alguns produtores começaram a plantar SAFs (Sistemas Agroflorestais). A implantação e manejo de SAFs na TI têm apoio financeiro do Banco da Amazônia (Pronaf), assistência técnica da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e apoio da Funai (Fundação Nacional do Índio), SEIND (Secretaria de Estado Para os Povos Indígenas), Sepror (Secretaria de Estado de Produção Rural), SDS (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Autazes.⁽¹⁷⁾

RECOMENDAÇÕES

- i restaurar a cobertura florestal da TI através de SAFs;
- ii capacitar produtores indígenas em cooperativismo e em técnicas de comercialização;
- iii garantir a participação indígena na gestão e planejamento de ações da TI.

⁽¹⁶⁾ Segundo o despacho 422/2012, publicado no DOU de 1 de agosto de 2012, a TI Murutinga foi demarcada juntamente com a TI Tracajá e teve sua área aumentada para 132,86 quilômetros quadrados. Agora é reconhecida como TI Murutinga/Tracajá, porém ainda consideramos somente a área da TI Murutinga, pois as coordenadas e shape da nova área ainda não estavam disponíveis para consulta até o término deste estudo.

⁽¹⁷⁾ Informações fornecidas por Edivaldo Oliveira Munduruku, técnico indígena da Funai – Coordenação Regional de Manaus, a Elis Araújo, em conversa telefônica em 06/08/2012.

10 Terra Indígena Guapenu

ÁREA
21,8 km²

MUNICÍPIO
Autazes (AM)

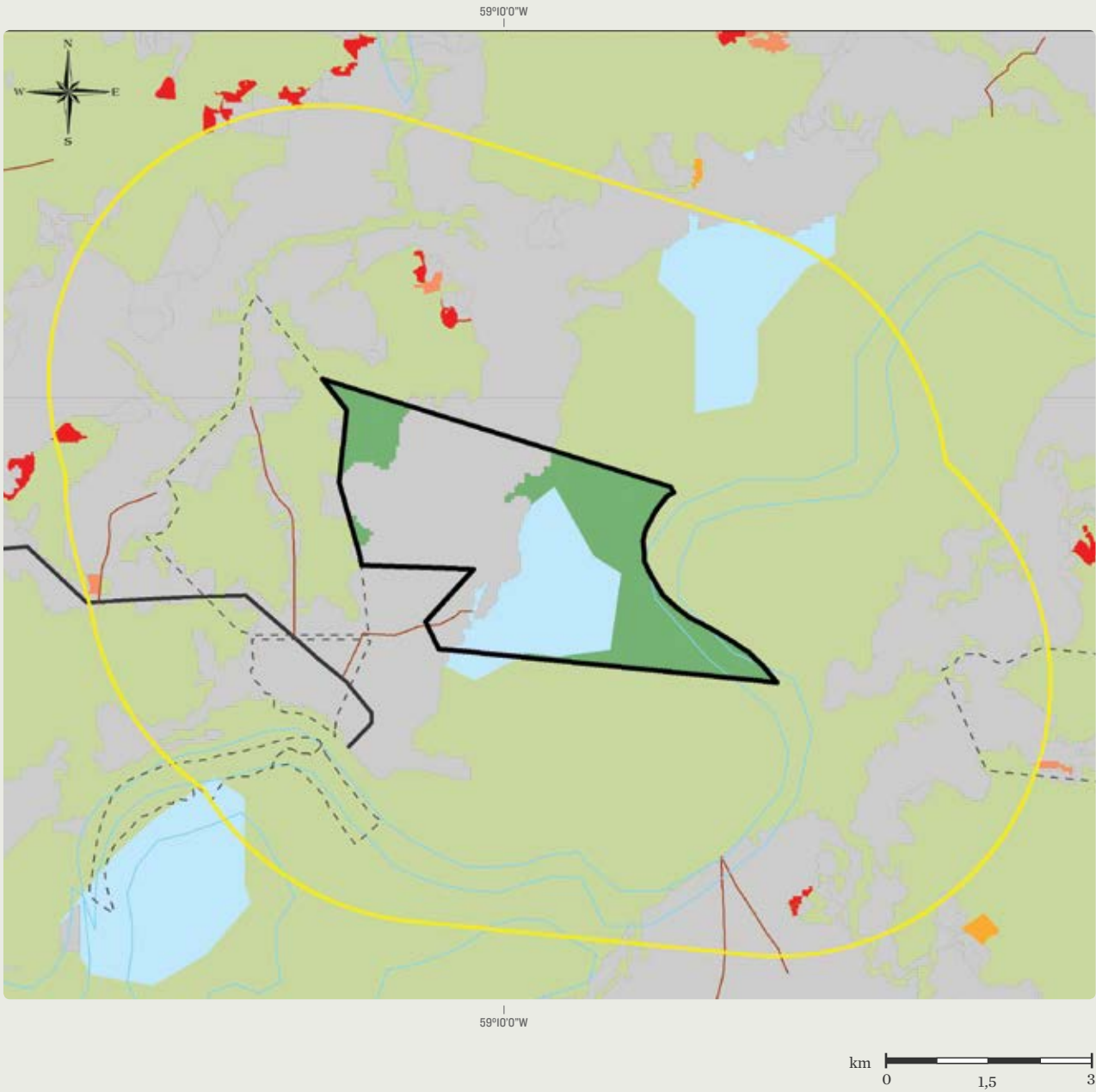
POVO: Mura

HOMOLOGAÇÃO: Não concluída

53%
PERCENTUAL
DE FLORESTA
REMANESCENTE
EM 2011



- Limite de Área Protegida
- Entorno 5 km
- Vegetação não florestal
- Floresta
- Floresta dentro da AP crítica
- SAD Degradação 2011
- SAD set 2011 a maio 2012
- Prodes 2009
- Prodes 2010
- Prodes 2011
- Exploração madeira (Simex)
- CAR
- Estradas não oficiais
- Estradas oficiais
- Hidrografia



ACESSIBILIDADE			
Tipo de acesso		Entorno (5 km)	Interior
Estradas	Oficiais	6,9 km	Não
	Não oficiais	13,8 km	Não
Rios navegáveis		Sim	

AMEAÇA E PRESSÃO			
Tipo		Entorno (5 km)	Interior
Desmatamento	Acumulado até 2011	73,6 km²	8,7 km²
Extração mineral		Não	

VULNERABILIDADE			
Regularização fundiária			Não temos informação
Proteção legal			
Comando e controle		Entorno (5 km)	Interior
Embargos (2001 a maio de 2012)		0,03 km²	Não
Multas (2009 a 2011)		Não	

INFORMAÇÕES RELEVANTES

O desmatamento na TI foi especialmente causado pelo avanço das fazendas localizadas no seu entorno e demora durante a demarcação. A atividade que predomina na TI é a agricultura e, em 2012, alguns produtores começaram a plantar SAFs (Sistemas Agroflorestais). A implantação e manejo de SAFs na TI têm apoio financeiro do Banco da Amazônia (Pronaf), assistência técnica da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e apoio da Funai (Fundação Nacional do Índio), SEIND (Secretaria de Estado Para os Povos Indígenas), Sepror (Secretaria de Estado de Produção Rural), SDS (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Autazes. ⁽¹⁸⁾

RECOMENDAÇÕES

- i restaurar a cobertura florestal da TI através de SAFs;
- ii capacitar produtores indígenas em cooperativismo e em técnicas de comercialização; e
- iii garantir a participação indígena na gestão e planejamento de ações da TI.

⁽¹⁸⁾ Informações fornecidas por Edivaldo Oliveira Munduruku, técnico indígena da Funai – Coordenação Regional de Manaus, a Elis Araújo, em conversa telefônica em 06/08/2012.



APOIO FINANCEIRO
GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION